

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2013
AES Elpa S.A. e Controladas
CNPJ 01.917.705/0001-30 - Companhia Aberta

AES Elpa S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Prezados Acionistas,

A Administração da AES Elpa S.A. ("AES Elpa" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Perfil

A AES Elpa é constituída como uma sociedade por ações de capital aberto que tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia possui o controle acionário da empresa Eletropaulo Metropolitana Electricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo") com 77,81% das ações ordinárias e 30,97% do capital total. Por sua vez, a AES Elpa é controlada pela Companhia Brasileira de Energia que detém 98,26% de seu capital total.

Desempenho Econômico-Financeiro

O lucro líquido apurado em 2013, no valor de R\$ 13,8 milhões, reflete principalmente o resultado positivo da sua controlada AES Eletropaulo, parcialmente compensado pela amortização dos ativos intangíveis da concessão.

Os ganhos de equivalência patrimonial reconhecidos são explicados pelo desempenho da controlada AES Eletropaulo, que apresentou lucro líquido de R\$ 198,2 milhões em 2013, ante lucro líquido de R\$ 55,0 milhões em 2012, um crescimento de 260,2%. Os principais fatores que explicam a variação no desempenho da subsidiária são:

- R\$ 158,4 milhões devido ao efeito combinado do crescimento do mercado, tarifa e eficiência com perdas;
- recebimento de recursos da CDE, no montante de R\$ 505,9 milhões, referente à CVA (custos de compra de energia e ESS) incorridos em 2012 e recebidos no segundo trimestre de 2013, sendo o efeito líquido de R\$ 411,9 milhões;
- redução de R\$ 79,6 milhões com PMSO gerenciável, devido principalmente à:
 - redução de 5,8% nas despesas com pessoal e encargos, como resultado da reestruturação do quadro de colaboradores e do programa de incentivo à aposentadoria, efetuados no segundo semestre de 2012, compensados pela internalização de colaboradores e pelo reajuste salarial;
 - redução de 11,1% nas despesas com materiais e serviços de terceiros, como resultado do Plano de Ação 2011-2012 e da internalização das turmas de emergência e combate à fraude no primeiro trimestre de 2013, parcialmente compensadas pelo aumento com serviços de corte e religia e manutenção de frota; aumento de 36,8% nas despesas com entidade de previdência privada, resultado da alteração contábil (CPC 33 - R1) que modificou a taxa de desconto;
 - redução de 3,7% em outras despesas operacionais decorrente principalmente, da reversão de PCLD realizada no período, no valor de R\$ 70,6 milhões;

Parcialmente compensados:

- efeito negativo de R\$ 365,0 milhões devido à amortização do passivo regulatório formado em função da postergação, pela Aneel, da revisão tarifária; e
- maiores despesas com Fundação Cesp, da ordem de R\$ 90,8 milhões.

Remuneração aos Acionistas

Em vista do resultado apresentado acima e das estimativas de geração de caixa, a administração da Companhia propõe a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, face à apuração de lucro líquido no montante de R\$ 13,8 milhões, que acrescido do ajuste de avaliação patrimonial (R\$ 14,1 milhões) e dos dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de controladas (R\$ 2,2 milhões) e deduzida a constituição de reserva legal (R\$ 1,4 milhão) e a reserva estatutária (R\$ 13,6 milhões), perfaz um total a destinar de R\$ 10,0 milhões.

As destinações acima serão propostas à Assembleia Geral da Companhia, a qual está prevista para ocorrer até 30 de abril de 2014, quando também será deliberada: (i) a ratificação dos dividendos intermediários aprovados pelo Conselho de Administração, no valor de R\$ 5,0 milhões; e (ii) a aprovação da proposta de dividendos complementares, no valor de R\$ 10,0 milhões e definição da sua data de pagamento.

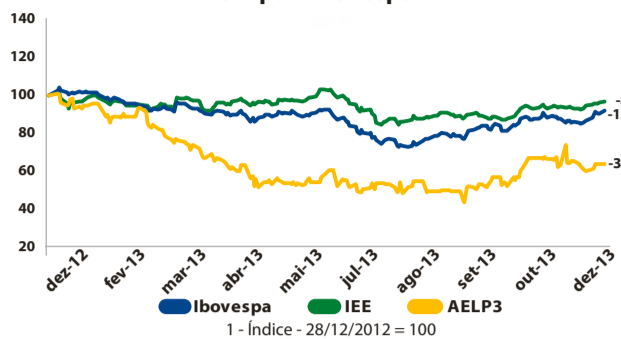
Dividendos 2013 (R\$ Milhões)	
Lucro Líquido do exercício - 31/12/2013	13,8
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	14,1
Dividendos e JSCP prescritos	2,2
Constituição de Reserva Legal (5%)	(1,4)
Base para distribuição de dividendos	28,6
Dividendos intermediários já distribuídos	(5,0)
JSCP já destinados - 31/12/2013	—
Dividendos propostos	10,0
Reserva estatutária	(13,6)

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da AES Elpa (AELP3) encerraram 2013 cotadas a R\$ 9,24, uma queda de 36,6%, enquanto o Ibovespa desvalorizou 15,5% e o IEE (Índice de Energia Elétrica) desvalorizou 8,8%. A ação ordinária da Companhia foi negociada em 213 dos 248 pregões realizados na BM&FBovespa ao longo do ano. As ações da AES Eletropaulo desvalorizaram 44,3% em 2013 e refletiram diretamente na desvalorização das ações da Companhia.

Os dados de liquidez mostram a realização de 1.635 negócios, envolvendo cerca de 1.1 milhões de ações ordinárias, com volume médio diário de R\$ 51,6 mil no mercado à vista. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado da AES Elpa era de R\$ 878,4 milhões.

AES Elpa x Ibovespa x IEE



Serviços de Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2013, a AES ELPA utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria, em adição à auditoria de suas demonstrações contábeis e revisão especial de suas informações semestrais.

(i) Natureza do serviço: Verificação independente sobre as informações financeiras do Formulário de Referência da Companhia, referente ao ano-calendário de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pela CVM. Data da contratação: 16 de julho de 2013.

O valor total do serviço descrito acima soma R\$ 10.495,00 (dez mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) e equivale a 40,6% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 25 de fevereiro de 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Dezembro 2013 e 31 de Dezembro de 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora			Consolidado				Controladora			Consolidado		
	Notas	2013	2012	2013	2012	Em 1º de janeiro de 2012		Notas	2013	2012	2013	2012	Em 1º de janeiro de 2012
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado				Reapresentado				
ATIVO													
CIRCULANTE													
Caixa e equivalentes de caixa	4	55	34	44	154.265	114.175	162.995						
Investimentos de curto prazo	4	15.892	10.144	5.041	853.843	710.043	1.232.561						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	—	—	—	1.212.012	1.502.243	1.415.679						
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	1.482	4.636	5.320	35.447	237.304	53.347						
Outros tributos compensáveis	6	—	—	—	136.554	180.529	82.262						
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	32	20.159	13.654	59.073	—	—	—						
Devedores diversos	8	7	—	—	451	1.708	1.669						
Contas a receber - acordos	9	—	—	—	72.837	39.914	13.197						
Outros créditos	9	4	3	1	162.577	129.267	102.175						
Almoxarifado	—	—	—	—	54.822	63.936	52.553						
Despesas pagas antecipadamente	—	1	1	1	28.313	1.020	774						
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		37.600	28.472	69.480	2.693.121	2.980.139	3.117.212						
NÃO CIRCULANTE													
Outros tributos compensáveis	6	—	—	—	49.500	52.303	104.010						
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	—	—	—	278.878	804.160	258.829						
Cauções e depósitos vinculados	21	16.966	14.495	17.073	492.304	475.980	493.064						
Contas a receber - acordos	8	—	—	—	42.561	15.163	40.811						
Outros créditos	9	—	—	—	38.157	50.199	104.273						
Ativo financeiro da concessão	11	—	—	—	1.386.931	1.181.937	1.041.813						
Investimentos	12	871.860	523.908	990.224	9.500	9.500	9.500						
Imobilizado, líquido	13	95	95	95	14.675	6.204	9.559						
Intangível	11/14	653.410	699.356	745.302	6.376.338	6.456.558	6.618.616						
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.542.331	1.237.854	1.752.694	8.688.844	9.052.004	8.680.475						
TOTAL DO ATIVO		1.579.931	1.266.326	1.822.174	11.381.965	12.032.143	11.797.687						
PASSIVO													
CIRCULANTE													
Fornecedores	15	21	20	20	1.155.013	1.382.389	1.063.104						
Empréstimos e financiamentos	17	—	—	—	68.740	33.859	88.872						
Debêntures	17	—	—	—	47.909	46.808	243.309						
Arrendamento financeiro	17	—	—	—	4.066	4.494	7.977						
Subvenções governamentais	18	—	—	—	1.408	760	—						
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	—	3.366	—	26.415	5.679	4.398						
Outros tributos a pagar	16	19	11	5.116	257.324	335.040	454.987						
Contas a pagar com partes relacionadas	—	536	536	536	536	536	536						
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	3.292	1.133	18.829	61.863	52.400	170.829						
Obrigações estimadas	20	—	—	—	99.943	103.792	95.842						
Obrigações sociais e trabalhistas	—	4	4	—	1.460	4.092	3.131						
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	22	—	—	—	11.241	81.805	102.078						
Provisão para processos judiciais e outros	21	—	—	—	191.472	170.019	168.704						
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	—	—	—	42.633	48.279	40.727						
Outras obrigações	24	542	423	450	234.960	176.186	172.245						
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		4.414	5.493	24.951	2.204.983	2.446.138	2.616.739						
NÃO CIRCULANTE													
Empréstimos e financiamentos	17	—	—	—	499.406	554.678	715.012						
Debêntures	17	—	—	—	2.116.453	2.159.784	1.436.739						
Arrendamento financeiro	17	—	—	—	11.241	2.596	4.076						
Subvenções governamentais	18	—	—	—	3.669	2.738	—						
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	1.426	1.085	777	1.426	1.085	777						
Obrigações com entidade de previdência privada	19	—	—	—	2.553.170	3.963.808	2.436.445						
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	22	—	—	—	—	2.705	27.088						
Provisão para processos judiciais e outros	21	16.966	15.963	11.616	332.373	331.111	333.726						
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	—	—	—	14.004	25.649	76.702						
Obrigações estimadas	20	—	—	—	1.114	19.980	20.438						
Reserva de reversão	—	—	—	—	66.085	66.085	66.085						
Outras obrigações	24	—	—	—	63.314	26.949	55.436						
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.392	17.048	12.393	5.662.255	7.157.168	5.172.524						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO													
Capital social subscrito e integralizado	25	958.782	958.782	958.782	958.782	958.782	958.782						
Recursos destinados a futuro aumento de capital	33.1	429.200	429.200	429.200	429.200	429.200	429.200						
Reserva de capital													
Reserva de lucros:													
Reserva legal	25	95.375	93.984	93.984	95.375	93.984	93.984						
Reserva estatutária	25	125.137	111.503	136.766	125.137	111.503	136.766						
Outros resultados abrangentes - ajustes de avaliação patrimonial	25	(59.211)	(349.684)	8.718	(59.211)	(349.684)	8.718						
Proposta de distribuição de dividendos adicional	—	7.842	—	—	157.380	7.842	—						
SUBTOTAL		1.557.125	1.243.785	1.784.830	1.557.125	1.243.785	1.784.830						
Participação de não controladores	—	—	—	—	1.957.602	1.185.052	2.223.594						
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.557.125	1.243.785	1.784.830	3.514.727	2.428.837	4.008.424						
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.579.931	1.266.326	1.822.174	11.381.965	12.032.143	11.797.687						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
		Reapresentado			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Capital social	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes/ Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Subtotal Controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido Consolidado
				Reserva legal	Reserva Estatutária						
Saldo em 1º de janeiro de 2012 (reapresentado)		958.782		429.200		136.766					
Resultados abrangente total:											
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	26	-	-	-	-	-	(47.067)	-	(47.067)	37.975	(9.092)
Outros resultados abrangentes do período:											
Ativo financeiro da concessão de controlada (atualização/reversão)	-	-	-	-	-	(34.208)	-	-	(34.208)	(76.246)	(110.454)
Imposto de renda e contribuição social do ativo financeiro da controlada (atualização/reversão)	-	-	-	-	-	11.630	-	-	11.630	25.924	37.554
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	-	(503.024)	24.838	-	(478.186)	(1.065.843)	(1.544.029)
Imposto de renda e contribuição social sobre perda atuarial	-	-	-	-	-	171.028	(8.445)	-	162.583	362.387	524.970
Transações com os acionistas:											
Remuneração com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	845	845
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(157.380)	(157.380)	-	(157.380)
Dividendos declarados a acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(327.115)	(327.115)
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de controlada	-	-	-	-	-	-	1.583	-	1.583	3.531	5.114
Mutações internas do patrimônio líquido:											
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	26	-	-	-	-	(5.802)	5.802	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	26	-	-	-	-	1.974	(1.974)	-	-	-	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	-	(25.263)	25.263	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)		958.782		429.200		93.984					
Resultados abrangente total:											
Lucro líquido do exercício	26	-	-	-	-	-	13.766	-	13.766	136.805	150.571
Outros resultados abrangentes do período:											
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	-	461.413	-	-	461.413	1.028.458	1.489.871
Imposto de renda e contribuição social sobre perda atuarial	-	-	-	-	-	(156.880)	-	-	(156.880)	(349.676)	(506.556)
Transações com os acionistas:											
Remuneração com base em ações	38	-	-	-	-	-	-	-	-	913	913
Dividendos intermediários declarados	-	-	-	-	-	-	(5.000)	-	(5.000)	-	(5.000)
Dividendos declarados a acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.854)	(48.854)
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de controlada	-	-	-	-	-	-	2.200	-	2.200	4.904	7.104
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(2.159)	-	(2.159)	-	(2.159)
Dividendos excedentes ao mínimo obrigatório propostos	-	-	-	-	-	-	-	7.842	7.842	-	-
Mutações internas do patrimônio líquido:											
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	26	-	-	-	-	(21.302)	21.302	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	26	-	-	-	-	7.242	(7.242)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.391	-	-	(1.391)	-	-	-	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	13.634	-	(13.634)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013		958.782		429.200		95.375			7.842	1.957.602	3.514.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Para os Períodos Fintos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
	Reapresentado		Reapresentado			Reapresentado		Reapresentado	
1. RECEITAS	-	-	-	-	6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	63.182	7.873	198.393	241.402
Receita bruta de venda de energia e serviços	-	-	-	-	Receitas financeiras	1.815	2.696	198.393	241.402
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	Resultado de participações societárias	61.367	5.177	-	-
Residencial	-	-	-	-	7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	15.456	(40.588)	4.357.741	5.907.190
Comercial	-	-	-	-	8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15.456	(40.588)	4.357.741	5.907.190
Industrial	-	-	-	-	Empregados (Colaboradores)	285	234	754.687	696.327
Rural	-	-	-	-	Salários e encargos	285	234	343.919	333.614
Poder público	-	-	-	-	Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	-	-	65.745	71.671
Iluminação pública	-	-	-	-	Benefícios	-	-	318.381	246.423
Serviço público	-	-	-	-	FGTS	-	-	26.642	44.619
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	Tributos (Governo)	399	5.333	3.245.376	4.895.002
Remuneração do ativo financeiro	-	-	-	-	Federais	398	5.327	689.864	821.960
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social	341	3.812	111.777	21.666
Outras	-	-	-	-	Cofins	-	1.206	400.788	584.644
Suprimento de energia elétrica (energia no curto prazo)	-	-	-	-	INSS	57	262	87.366	126.929
PIS, Cofins - Diferença de alíquota e não faturado	-	-	-	-	Encargos sociais - Outros	-	-	62.436	62.325
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	Estaduais	-	-	27.497	26.396
Transferência para obrigações especiais - Excedente de reativos	-	-	-	-	ICMS	-	-	2.236.162	2.787.268
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	-	-	-	-	Outros	-	-	(460)	489
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de demanda - TUSD	-	-	-	-	Municipais	1	6	27.473	27.735
Transferência para obrigações especiais - Excedente de reativos - TUSD	-	-	-	-	ISS	-	-	283	499
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	-	-	IPTU	-	-	24.640	26.196
Receita relativa à construção de ativos próprios	-	-	-	-	Outros	1	6	2.550	1.040
Subvenção de recursos da CDE (Decreto nº 7.891/2013)	-	-	-	-	Encargos setoriais	-	-	291.877	1.258.039
Ressarcimento - Leilões de energia	-	-	-	-	RGR - Reserva global de reversão	-	-	(8.213)	70.003
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	CCC - Conta de consumo de combustíveis	-	-	28.757	524.224
(Provisão) Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	CDE - Conta de desenvolvimento energético	-	-	132.988	493.840
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.779)	(2.515)	(7.953.436)	(9.111.879)	Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	85.207	79.157
Materiais	(989)	(1.023)	(47.466)	(64.046)	Encargos do consumidor - Prointa	-	-	33.335	42.974
Outros custos operacionais	-	-	-	-	Encargos do consumidor - Lei nº 12.111	-	-	3	23.791
Custo da energia comprada e transmissão	-	-	-	-	Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	19.795	24.014
Serviços de terceiros	(790)	(1.492)	(471.309)	(513.325)	Outros	-	-	5	4
Construção de ativos próprios	-	-	-	-	Remuneração do capital de terceiros	1.006	912	207.107	324.953
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.779)	(2.515)	4.640.926	6.162.652	Juros	1.003	911	181.591	303.090
4. RETENÇÕES	(45.947)	(45.946)	(481.578)	(496.864)	Aluguéis	3	1	25.516	21.863
Depreciação e amortização	(1)	-	(435.632)	(450.918)	Destinação do resultado	13.766	(47.067)	150.571	(9.092)
Amortização de intangível de concessão	(45.946)	(45.946)	(45.946)	(45.946)	Lucros (Prejuízos) retidos	(1.235)	(47.067)	(1.235)	(47.067)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(47.726)	(48.461)	4.159.348	5.665.788	Dividendos	15.001	-	15.001	-
					Participação dos acionistas não controladores	-	-	136.805	37.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**1. Informações gerais**

A AES Elpa S.A. ("Companhia" ou "AES Elpa") está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. Controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Sua sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulião Rodrigues, nº 939, 5º andar, Sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

Contexto operacional da controlada:

Eletrópolis Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. ("Eletrópolis"):

A Eletrópolis Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. ("Eletrópolis") é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia S.A. ("Brasileira"). A Brasileira por sua vez é uma controlada indireta da The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A controlada Eletrópolis está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede de sua controlada Eletrópolis está localizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulião Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (terreço) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040. A controlada Eletrópolis, conforme mencionado na nota explicativa nº 28, faturou com fornecimento de energia 37.474 GWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 37.570 GWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo a aproximadamente 6,7 milhões de unidades consumidoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 6,5 milhões de unidades consumidoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos e por processo de Reajuste Tarifário anualmente (vide nota explicativa 35).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 12 de fevereiro de 2014, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos Acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão identificadas como "Consolidado".

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas como "Controladora" ou "Individuais".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não estão de acordo para as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perferirem precisamente os totais apresentados.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada Eletrópolis.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia ou da controlada Eletrópolis, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de sua controlada Eletrópolis pela taxa de câmbio na data-base dos saldos.

2.4 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de sua controlada Eletrópolis.

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controlada, assim como as receitas e despesas das suas transações.

- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício da empresa controlada.

- Apuração da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial das demonstrações do resultado.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada é apresentada no balanço patrimonial consolidado, como parte integrante do patrimônio líquido e na demonstração do resultado consolidada a parcela atribuída aos acionistas controladores e não controladores é apresentada após o lucro líquido do exercício, conforme o caso.

A seguinte controlada está apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Controlada	Atividade	Participação	
		2013	2012
Eletrópolis	Distribuição de energia elétrica	30,97%	30,97%

3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, investimentos mensurados ao custo, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, a qual é determinada no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a intenção de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo, com impacto no resultado do exercício.

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos. Em 31 de dezembro de 201

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.8 Derivativos embutidos
Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e sua controlada Eletropaulo não identificaram nenhum derivativo embutido em seus contratos.

3.9 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - 2% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

3.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**(a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período-base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas demonstrações contábeis de acordo com o pronunciamento CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requerem uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia e sua controlada Eletropaulo.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia e sua controlada Eletropaulo reconhecem um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão de os impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sua controlada Eletropaulo e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

3.11 Benefícios a empregados

A controlada Eletropaulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício, ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação atuarial. O custo dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

O ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da controlada Eletropaulo e não podem ser pagos diretamente à controlada Eletropaulo. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

Durante o exercício, a controlada Eletropaulo adotou o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a controlada Eletropaulo, a aplicação desta norma requer a descontinuação do método do corredor e consequente registro da perda atuarial não registrada em contrapartida a outros resultados abrangentes.

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a controlada Eletropaulo deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, estão apresentados abaixo. Vale ressaltar que os impactos são meramente para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Reconciliação do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e dos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	34	-	34	114.175	-	114.175
Investimentos de curto prazo	10.144	-	10.144	710.043	-	710.043
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	-	1.502.243	-	1.502.243
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	4.636	-	4.636	237.304	-	237.304
Outros tributos compensáveis	-	-	-	180.529	-	180.529
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13.654	-	13.654	-	-	-
Devedores diversos	-	-	-	1.708	-	1.708
Contas a receber - acordos	-	-	-	39.914	-	39.914
Outros créditos	3	-	3	129.267	-	129.267
Almoxarifado	-	-	-	63.936	-	63.936
Despesas pagas antecipadamente	1	-	1	1.020	-	1.020
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	28.472	-	28.472	2.980.139	-	2.980.139
NÃO CIRCULANTE						
Outros tributos compensáveis	-	-	-	52.303	-	52.303
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	-	804.160	804.160
Cauções e depósitos vinculados	14.495	-	14.495	475.980	-	475.980
Contas a receber - acordos	-	-	-	15.163	-	15.163
Outros créditos	-	-	-	50.199	-	50.199
Ativo financeiro da concessão	-	-	-	1.181.937	-	1.181.937
Investimentos	1.102.392	(578.484)	523.908	9.500	-	9.500
Imobilizado, líquido	95	-	95	6.204	-	6.204
Intangível	699.356	-	699.356	6.456.558	-	6.456.558
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.816.338	(578.484)	1.237.854	8.247.844	804.160	9.052.004
TOTAL DO ATIVO	1.844.810	(578.484)	1.266.326	11.227.983	804.160	12.032.143

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	20	-	20	1.382.389	-	1.382.389
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	33.859	-	33.859
Debêntures	-	-	-	46.808	-	46.808
Arrendamento financeiro	-	-	-	4.494	-	4.494
Subvenções governamentais	-	-	-	760	-	760
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.366	-	3.366	5.679	-	5.679
Outros tributos a pagar	11	-	11	335.040	-	335.040
Contas a pagar com partes relacionadas	536	-	536	536	-	536
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.133	-	1.133	52.400	-	52.400
Obrigações estimadas	-	-	-	103.792	-	103.792
Obrigações sociais e trabalhistas	4	-	4	4.092	-	4.092
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	-	-	-	81.805	-	81.805
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	-	170.019	-	170.019
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	-	48.279	-	48.279
Outras obrigações	423	-	423	176.186	-	176.186
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	5.493	-	5.493	2.446.138	-	2.446.138
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	554.678	-	554.678
Debêntures	-	-	-	2.159.784	-	2.159.784
Arrendamento financeiro	-	-	-	2.596	-	2.596
Subvenções governamentais	-	-	-	2.738	-	2.738
Tributos e contribuições sociais diferidos	1.085	-	1.085	159.169	(158.084)	1.085
Obrigações com entidade de previdência privada	-	-	-	1.133.680	2.830.128	3.963.808
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	-	-	-	2.705	-	2.705
Provisão para processos judiciais e outros	15.963	-	15.963	331.111	-	331.111
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	-	25.649	-	25.649
Obrigações estimadas	-	-	-	19.980	-	19.980
Reserva de reversão	-	-	-	66.085	-	66.085
Outras obrigações	-	-	-	26.949	-	26.949
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	17.048	-	17.048	4.485.124	2.672.044	7.157.168
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social subscrito e integralizado	958.782	-	958.782	958.782	-	958.782
Recursos destinados a futuro aumento de capital	429.200	-	429.200	429.200	-	429.200
Reserva de capital:						
Reserva legal	93.984	-	93.984	93.984	-	93.984
Reserva estatutária	111.503	-	111.503	111.503	-	111.503
Outros resultados abrangentes - ajustes de avaliação patrimonial	228.800	(578.484)	(349.684)	228.800	(578.484)	(349.684)
SUBTOTAL	1.822.269	(578.484)	1.243.785	1.822.269	(578.484)	1.243.785
Participação de não controladores	-	-	-	2.474.452	(1.289.400)	1.185.052
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.822.269	(578.484)	1.243.785	4.296.721	(1.867.884)	2.428.837
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.844.810	(578.484)	1.266.326	11.227.983	804.160	12.032.143

	Controladora			Consolidado		
	Em 1º de janeiro de 2012			Em 1º de janeiro de 2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	44	-	44	162.995	-	162.995
Investimentos de curto prazo	5.041	-	5.041	1.232.561	-	1.232.561
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	-	1.415.679	-	1.415.679
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	5.320	-	5.320	53.347	-	53.347
Outros tributos compensáveis	-	-	-	82.262	-	82.262
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	59.073	-	59.073	-	-	-
Devedores diversos	-	-	-	1.669	-	1.669
Contas a receber - acordos	-	-	-	13.197	-	13.197
Outros créditos	1	-	1	102.175	-	102.175
Almoxarifado	-	-	-	52.553	-	52.553
Despesas pagas antecipadamente	1	-	1	774	-	774
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	69.480	-	69.480	3.117.212	-	3.117.212
NÃO CIRCULANTE						
Outros tributos compensáveis	-	-	-	104.010	-	104.010
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	-	258.829	258.829
Cauções e depósitos vinculados	17.073	-	17.073	493.064	-	493.064
Contas a receber - acordos	-	-	-	40.811	-	40.811
Outros créditos	-	-	-	104.273	-	104.273
Ativo financeiro da concessão	-	-	-	1.041.813	-	1.041.813
Investimentos	1.236.712	(246.488)	990.224	9.500	-	9.500
Imobilizado, líquido	95	-	95	9.559	-	9.559
Intangível	745.302	-	745.302	6.618.616	-	6.618.616
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.999.182	(246.488)	1.752.694	8.421.646	258.829	8.680.475
TOTAL DO ATIVO	2.068.662	(246.488)	1.822.174	11.538.858	258.829	11.797.687

	Controladora			Consolidado		
	Em 1º de janeiro de 2012			Em 1º de janeiro de 2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	20	-	20	1.063.104	-	1.063.104
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	88.872	-	88.872
Debêntures	-	-	-	243.309	-	243.309
Arrendamento financeiro	-	-	-	7.977	-	7.977
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	4.398	-	4.398
Outros tributos a pagar	5.116	-	5.116	454.987	-	454.987
Contas a pagar com partes relacionadas	536	-	536	536	-	536
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18.829	-	18.829	170.829	-	170.829
Obrigações estimadas	-	-	-	95.842	-	95.842
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	3.131	-	3.131
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	-	-	-	102.078	-	102.078
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	-	168.704	-	168.704
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	-	40.727	-	40.727
Outras obrigações	450	-	450	172.245	-	172.245
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	24.951	-	24.951	2.616.739	-	2.616.739
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	715.012		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
Atividades operacionais:						
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(30.675)	(16.392)	(47.067)	(30.675)	(16.392)	(47.067)
Depreciação e amortização	-	-	-	450.918	-	450.918
Variação monetária/cambial	-	-	-	(22.729)	-	(22.729)
Amorização do intangível da concessão	45.946	-	45.946	45.946	-	45.946
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	61.298	-	61.298
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	-	130.167	-	130.167
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	-	-	-	306.814	-	306.814
Fundo de pensão/Plano de assistência - Deliberação CVM 695	-	-	-	165.888	80.200	246.088
Receta aplicação financeira em investimento de curto prazo	(568)	-	(568)	(105.543)	-	(105.543)
Baixa de ativo financeiro, intangível de concessão e imobilizado social compensáveis	-	-	-	91.788	-	91.788
Tributos e contribuições sociais diferidos	(21.569)	16.392	(5.177)	44.770	(27.268)	17.502
Ações e opções de ações outorgadas	309	-	309	845	-	845
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	74.515	(36.540)	37.975
Dividendos e JSCP recebidos	177.935	-	177.935	-	-	-
Perdas de investimento	-	-	-	11.862	-	11.862
Variações nos Ativos e Passivos						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	-	(189.198)	-	(189.198)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	3.081	-	3.081	(182.295)	-	(182.295)
Outros tributos compensáveis	-	-	-	(46.561)	-	(46.561)
Devedores diversos	-	-	-	(39)	-	(39)
Almoxnarfiado	-	-	-	(11.383)	-	(11.383)
Contas a receber - acordos	-	-	-	38.243	-	38.243
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	(246)	-	(246)
Outros créditos	(4)	-	(4)	(8.334)	-	(8.334)
Fornecedores	-	-	-	319.285	-	319.285
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.366	-	3.366	1.281	-	1.281
Outros tributos a pagar	1.473	-	1.473	(111.316)	-	(111.316)
Pagamento de processos judiciais e outros	-	-	-	(135.814)	-	(135.814)
Obrigações sociais e trabalhistas	4	-	4	961	-	961
Obrigações estimadas	-	-	-	5.550	-	5.550
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	-	-	-	(44.656)	-	(44.656)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	-	(50.441)	-	(50.441)
Outras obrigações	(28)	-	(28)	(17.009)	-	(17.009)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	493	-	493	100.489	-	100.489
Juros pagos (encargos de dívidas)	-	-	-	(314.508)	-	(314.508)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-	-	-	(260.811)	-	(260.811)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	179.763	-	179.763	319.062	-	319.062
Atividades de investimentos:						
Adições de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(871.867)	-	(871.867)
Consumidores participação financeira	-	-	-	184.333	-	184.333
Aplicações em investimento de curto prazo	(15.046)	-	(15.046)	(7.831.645)	-	(7.831.645)
Resgates de investimento de curto prazo	10.001	-	10.001	8.366.802	-	8.366.802
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	3.484	-	3.484	24.486	-	24.486
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	46.106	-	46.106
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.561)	-	(1.561)	(81.785)	-	(81.785)
Atividades de financiamentos:						
Ingressos de novos empréstimos de curto prazo	-	-	-	1.371.091	-	1.371.091
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(175.076)	-	(175.076)	(605.460)	-	(605.460)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(3.136)	-	(3.136)	(11.781)	-	(11.781)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-	-	-	(1.030.880)	-	(1.030.880)
Custo de empréstimos (custos de transação e prêmios)	-	-	-	(16.749)	-	(16.749)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-	-	-	(7.438)	-	(7.438)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(178.212)	-	(178.212)	(301.217)	-	(301.217)
Varição no caixa líquido da Companhia	(10)	-	(10)	(63.940)	-	(63.940)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	44	-	44	162.996	-	162.996
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	34	-	34	99.056	-	99.056

Reconciliação da demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
1. RECEITAS				15.274.531		15.274.531
Receita bruta de venda de energia e serviços	-	-	-	14.359.111	-	14.359.111
Receita relativa à construção de ativos próprios	-	-	-	831.115	-	831.115
Outras receitas operacionais (Provisão) Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	123.468	-	123.468
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.515)	-	(2.515)	(9.111.879)	-	(9.111.879)
Materiais	-	-	-	(64.046)	-	(64.046)
Outros custos operacionais	(1.023)	-	(1.023)	(231.296)	-	(231.296)
Custo da energia comprada e transmissão	-	-	-	(7.472.097)	-	(7.472.097)
Serviços de terceiros	(1.492)	-	(1.492)	(513.325)	-	(513.325)
Construção de ativos próprios	-	-	-	(831.115)	-	(831.115)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.515)	-	(2,515)	6.162.652	-	6.162.652
4. RETENÇÕES	(45.946)	-	(45,946)	(496,864)	-	(496,864)
Depreciação e amortização	-	-	-	(450.918)	-	(450.918)
Amortização de intangível de concessão	(45.946)	-	(45.946)	(45.946)	-	(45.946)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(48.461)	-	(48,461)	5.665.788	-	5.665.788
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO E TRANSFERÊNCIA	24.265	(16.392)	7.873	241.402	-	241.402
Receitas financeiras	2.696	-	2.696	241.402	-	241.402
Resultado de participações societárias	21.569	(16.392)	5.177	-	-	-
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(24.196)	(16.392)	(40.588)	5.907.190	-	5.907.190
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(24.196)	(16.392)	(40.588)	5.907.190	-	5.907.190
Empregados (Colaboradores)	234	-	234	616.127	80.200	696.327
Salários e encargos	234	-	234	333.614	-	333.614
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	-	-	-	71.671	-	71.671
Benefícios	-	-	-	166.223	80.200	246.423
FGTS	-	-	-	44.619	-	44.619
Tributos (Governo)	5.333	-	5,333	4.922.270	(27,268)	4.895.002
Federais	5.327	-	5.327	2.107.267	(27.268)	2.079.999
Estaduais	-	-	-	2.787.268	-	2.787.268
Municipais	6	-	6	27.735	-	27.735
Remuneração do capital de terceiros	912	-	912	324.953	-	324.953
Juros	911	-	911	303.090	-	303.090
Aluguéis	1	-	1	21.863	-	21.863
Destinação do resultado	(30.675)	(16.392)	(47.067)	43.840	(52,932)	(9,092)
Lucros (Prejuízos) retidos	(30.675)	(16.392)	(47.067)	(30.675)	(16.392)	(47.067)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	74.515	(36.540)	37.975

3.12 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.13 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

3.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas-base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia não havia ajustes significativos decorrentes de ajustes a valor presente de ativos ou passivos.

3.15 Distribuição de dividendos

Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação reconhecida em exercícios anteriores, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

A administração da Companhia, suportada por pareceres legais externos, entende que não há obrigatoriedade da tributação de eventual excesso do lucro líquido ajustado, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em relação aos resultados fiscais (Medida Provisória 627/2013). Desta forma, o pagamento de dividendos está baseado nas regras contábeis e societárias vigentes, não havendo tributação quando da sua distribuição. A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

3.16 Pagamento baseado em ações

A The AES Corporation mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela The AES Corporation são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

De acordo com o CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações, o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos funcionários da Companhia. Ainda de acordo com o CPC 10 (R1), a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da The AES Corporation.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal aplicado, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(c) Contratos de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS11) Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando o modelo regulatório vigente, o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada a construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

3.18 Contratos de arrendamento

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.19 Encargos setoriais

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, promovendo a universalização do serviço de energia elétrica. O valor anual homologado pela ANEEL não está concatenado ao reajuste da distribuidora e é pago pela distribuidora em duodécimos.

(b) P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e Eficiência Energética

De acordo com a Lei nº 9.991/2000 e posteriores atualizações, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo sobre a sua receita operacional líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

As concessionárias de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 0,5% da ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento e 0,5% em programas de eficiência energética voltados ao setor elétrico.

(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

O encargo TFSEE é um valor anual estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita destinada à cobertura do custeio de suas atividades. Equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, calculado e homologado pela ANEEL, concatenado ao reajuste da distribuidora e recolhido em duodécimos.

(d) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

(e) Encargo de Energia de Reserva (EER)

Encargo específico destinado a cobrir os custos decorrentes da contratação de energia de reserva, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributatórios, a ser rateado entre os Usuários de Energia de Reserva, ou seja, agentes de distribuição, consumidores livres, consumidores especiais, autoprodutores na parcela da energia adquirida, agentes de geração com perfil de consumo ou agentes de exportação que seja agente da CCEE. O valor é apurado mensalmente pela CCEE e é recolhido pela distribuidora e outros agentes.

(f) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Encargo criado com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica (energia eólica, biomassa e pequena central hidrelétrica). O custeio do PROINFA é estabelecido em conformidade com o Plano Anual do PROINFA - PAP, elaborado pela Eletrobrás, sendo suas quotas determinadas em função do mercado relativo aos consumidores cativos, livres e autoprodutores (caso o consumo seja maior que a geração de cada distribuidora. O valor anual atribuído à concessionária é recolhido em duodécimos.

(g) Operador Nacional do Sistema (ONS)

Encargo recolhido pelas distribuidoras mensalmente, relativo ao custeio das atividades de coordenação e controle da operação dos sistemas elétricos interligados, da administração e coordenação da prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica por parte das transmissoras aos usuários que tem acesso a rede básica, dentre outras atividades.

3.20 Ativos e passivos regulatórios

A partir da adoção do IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos, gerando assim volatilidade nos resultados da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

Consolidado						
2013						
CIRCULANTE	Saldo vencidos					
	Saldos vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	PCLD (*)	Saldo líquido
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	228.394	189.188	24.684	442.266	(34.380)	407.886
Industrial	72.816	19.421	11.387	103.624	(9.317)	94.307
Comercial	197.311	27.308	14.393	239.012	(16.168)	222.844
Rural	125	35	8	168	-	168
Poder público:						
Federal	3.423	786	122	4.331	(284)	4.047
Estadual	10.422	170	113	10.705	(17)	10.688
Municipal	11.519	2.387	1.368	15.274	(283)	14.991
Iluminação pública	12.816	1.774	289	14.879	(62)	14.817
Serviço público	16.946	81	9.487	26.514	(940)	25.574
Total - Faturado	553.772	241.150	61.851	856.773	(61.451)	795.322
Não faturado	408.930	-	-	408.930	-	408.930
Total	962.702	241.150	61.851	1.265.703	(61.451)	1.204.252
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	3.272	-	-	3.272	-	3.272
Encargos de uso da rede	61	-	-	61	-	61
Ressarcimento - leilões de energia	4.427	-	-	4.427	-	4.427
Total	7.760	-	-	7.760	-	7.760
Total - CIRCULANTE	970.462	241.150	61.851	1.273.463	(61.451)	1.212.012

Consolidado						
2012						
CIRCULANTE	Saldo vencidos					
	Saldos vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	PCLD (*)	Saldo líquido
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	278.769	245.420	34.977	559.166	(47.661)	511.505
Industrial	65.818	34.066	24.980	124.864	(21.941)	102.923
Comercial	188.218	66.099	21.142	275.459	(12.348)	263.111
Rural	140	76	7	223	(1)	222
Poder público:						
Federal	3.086	867	243	4.196	(352)	3.844
Estadual	11.508	3.208	2.395	17.111	(2.132)	14.979
Municipal	13.695	4.015	6.198	23.908	(4.639)	19.269
Iluminação pública	15.040	3.463	1.276	19.779	(446)	19.333
Serviço público	11.032	12.272	2.373	25.677	(2.253)	23.424
Total - Faturado	587.306	369.486	93.591	1.050.383	(91.773)	958.610
Não faturado	528.631	-	-	528.631	-	528.631
Total	1.115.937	369.486	93.591	1.579.014	(91.773)	1.487.241
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	12.064	-	-	12.064	-	12.064
Encargos de uso da rede	140	-	-	140	-	140
Ressarcimento - leilões de energia	2.798	-	-	2.798	-	2.798
Total	15.002	-	-	15.002	-	15.002
Total - CIRCULANTE	1.130.939	369.486	93.591	1.594.016	(91.773)	1.502.243

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - vide nota explicativa nº 10.

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado. Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a controlada Eletropaulo deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social compensáveis				
CIRCULANTE				
Contribuição social	-	-	6.048	63.584
Imposto de renda	-	-	17.939	159.204
Imposto de renda retido na fonte	1.482	4.636	11.460	14.516
Subtotal	1.482	4.636	35.447	237.304
Outros tributos compensáveis				
CIRCULANTE				
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	-	-	1.509	2.081
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	64.392	68.166
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Diferença alíquota - Condomínios - nota explicativa nº 24	-	-	11.400	2.403
ICMS - Transferência de créditos (*)	-	-	13.054	19.464
Cofins	-	-	2.830	5.432
PIS	-	-	-	84.782
PIS - Crédito tributário (**)	-	-	164	164
Outros	-	-	137.983	182.492
Subtotal	137.983	182.492	136.554	180.529
NÃO CIRCULANTE				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	49.500	52.303
Subtotal	49.500	52.303	49.500	52.303
Total geral	187.483	234.795	187.483	234.795

(*) Transferência de créditos acumulados de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, em favor da controlada Eletropaulo, em consonância com o Artigo 84 do Decreto nº 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ, para compensação de ICMS que a controlada Eletropaulo recolherá para a SEFAZ-SP.

(**) PIS Compensação: ação judicial que busca o reconhecimento dos créditos de PIS originados pelas alterações contidas nos Decretos nºs 2.445 e 2.449 de 1988, na medida em que a cobrança de tais quantias foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Houve decisão favorável definitiva em maio de 2012.

O crédito de PIS foi totalmente compensado com saldos de tributos federais a pagar durante o ano de 2013.

7. Tributos e contribuições sociais diferidos

	Controladora				Consolidado			
	Balanco Patrimonial		Resultado		Balanco Patrimonial		Resultado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:								
Provisão de benefício a empregados	-	-	-	-	282.205	255.444	26.761	(8.328)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	-	-	165.080	155.178	9.902	397
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	78.842	119.535	(40.693)	(18.525)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios para fins de CPC	-	-	-	-	(219.439)	(245.073)	25.634	(199.306)
Ajustes de avaliação patrimonial/mais-valia	-	-	-	-	(665.775)	(709.520)	43.745	46.307
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	-	-	-	-	455.687	962.244	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	-	-	-	-	126.939	167.541	(40.602)	167.541
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	(34.381)	5.140	(39.521)	5.140
Diferença na taxa de depreciação/amortização	-	-	-	-	113.249	102.313	10.936	13.390
Outros	(1.426)	(1.085)	(341)	(309)	(24.955)	(9.727)	(15.228)	(24.118)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.426)	(1.085)	(341)	(309)	277.452	803.075	(19.066)	(17.502)
Passivo fiscal diferido, líquido	(1,426)	(1,085)	(341)	(309)	277,452	803,075	(19,066)	(17,502)
	2013	2012			2013	2012		
Tributos diferidos ativos	-	-	-	-	1.250.051	1.875.645	-	-
Tributos diferidos passivos	(1.426)	(1.085)	(341)	(309)	(972.599)	(1.072.570)	-	-
Total líquido	(1,426)	(1,085)	(341)	(309)	277,452	803,075	(19,066)	(17,502)

	Controladora				Consolidado			
	Balanco Patrimonial		Resultado		Balanco Patrimonial		Resultado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Movimentação dos impostos diferidos								
Saldo em 1º de janeiro de 2012 (reapresentado)					258.052			
Impacto no resultado					(17.502)			
Impacto no patrimônio líquido					562.525			
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)					803.075			
Impacto no resultado					(19.066)			
Impacto no patrimônio líquido					(506.557)			
Saldo em 31 de dezembro de 2013					277.452			
Conforme orientação contida no CPC 32 os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição abaixo:								
	2013				2012			
	Controladora		Controlada Eletropaulo		Controladora		Controlada Eletropaulo	
Tributos diferidos ativos	-	-	-	-	1.250.051	1.875.645	1.250.051	1.875.645
Tributos diferidos passivos	(1.426)	(1.085)	(341)	(309)	(971.173)	(1.072.570)	(972.599)	(1.072.570)
Total líquido	(1,426)	(1,085)	(341)	(309)	278,878	803,075	277,452	803,075
	2012				2011			
	Controladora		Controlada Eletropaulo		Controladora		Controlada Eletropaulo	
Tributos diferidos ativos	-	-	-	-	1.875.645	1.875.645	1.875.645	1.875.645
Tributos diferidos passivos	(1.085)	(1.085)	(341)	(309)	(1.071.485)	(1.072.570)	(1.072.570)	(1.072.570)
Total líquido	(1,085)	(1,085)	(341)	(309)	804,160	803,075	803,075	803,075

A Companhia não registra impostos diferidos sobre créditos fiscais enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garantam a realização desses créditos. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia acumulava prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias ativas no montante de R\$ 1.055.768, R\$ 1.290.528 e R\$ 742.072 (R\$ 1.054.576, R\$ 1.290.528 e R\$ 695.002 em 31 de dezembro de 2012), respectivamente.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2013, a controlada Eletropaulo estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2013		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos:			
2014	198.238	71.366	269.604
2015	105.769	38.077	143.846
2016	113.231	40.763	153.994
2017	98.165	35.339	133.504
2018	106.219	38.239	144.458
2019 - 2021	257.383	92.659	350.042
2022 - 2024	17.943	6.460	24.403
2025 - 2027	16.654	5.996	22.650
2028	5.551	1.999	7.550
	919.153	330.898	1.250.051

A controlada Eletropaulo submeteu para aprovação do Conselho de Administração e exame do Conselho fiscal, o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários em 22 de janeiro de 2014. As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da controlada Eletropaulo foram baseadas nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da controlada Eletropaulo e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

8. Contas a receber - acordos e outras contas a receber

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

CIRCULANTE	Consolidado	
	2013	2012
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	23.112	24.115
Consumidores	192.675	209.449
Outros	751	751
Subtotal	216.538	234.315
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consumidores - nota explicativa nº 10	(143.701)	(175.258)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 10	-	(19.143)
Saldo líquido de PCLD	72.837	39.914
NÃO CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	30.844	50.314
Consumidores	35.396	29.426
Subtotal	66.240	79.740
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consumidores - nota explicativa nº 10	(23.679)	(27.572)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 10	-	(37.050)
Saldo líquido de PCLD	42.561	15.163

9. Outros créditos

CIRCULANTE	Consolidado	
	2013	2012
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	47.111	35.777
Financiamento à Cesp	127	222
Cauções e depósitos vinculados (*)	21.633	67.531
Alienação de bens e direitos	11.175	1.096
Serviços prestados	2.536	2.367
Repasse CDE - Descontos na tarifa - nota explicativa nº 28	13.142	-
Repasse CDE - Custos com energia - nota explicativa nº 29	53.557	-
Outros	14.924	23.828
Subtotal	164.205	130.821
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Serviços prestados - nota explicativa nº 10	(1.628)	(1.554)
Saldo líquido de PCLD	162.577	129.267
NÃO CIRCULANTE		
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda. - nota explicativa nº 33.1	193	15.112
Programa Reluz - PMSBC	3.728	3.728
Bens e direitos destinados a alienação	26.795	26.795

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis da controlada Eletropaulo é como segue:

	Controlada Eletropaulo								
	2013	2012							
Ativo intangível da concessão									
Ativo intangível - custo - controlada Eletropaulo	7.262.325	6.995.342							
Amortização acumulada	(1.539.397)	(1.238.140)							
Total do ativo intangível de concessão - nota explicativa nº 11	5.722.928	5.757.202							
O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a controlada Eletropaulo tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.									
A movimentação do ativo intangível é como segue:									
	Em curso		Em serviço						
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo Intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível de concessão	Outros Intangíveis (*)	Total do Intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2011	647.963	(68.142)	7.017.259	(643.841)	6.953.239	(1.079.925)	5.873.314	745.302	6.618.616
Adições	863.488	(184.333)	8.379	—	687.534	(480.945)	206.589	—	206.589
Baixas	—	—	(307.602)	4.463	(303.139)	219.964	(83.175)	—	(83.175)
Amortização de obrigações especiais/outras intangíveis	—	—	—	—	—	34.497	34.497	(45.946)	(11.449)
Transferência para ativo financeiro da concessão	(589.556)	62.989	425.311	(38.760)	(140.016)	—	(140.016)	—	(140.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	921.895	(189.486)	6.941.071	(678.138)	6.995.342	(1.238.140)	5.757.202	699.356	6.456.558
Adições	808.190	(240.927)	6.418	—	573.681	(469.761)	103.920	—	103.920
Baixas	—	—	(209.591)	180	(209.411)	130.652	(78.759)	—	(78.759)
Amortização de obrigações especiais/outras intangíveis	—	—	—	—	—	37.852	37.852	(45.946)	(8.094)
Transferência	(501.955)	141.057	343.801	(79.990)	(97.287)	—	(97.287)	—	(97.287)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.228.130	(289.356)	7.081.499	(757.948)	7.262.325	(1.539.397)	5.722.928	653.410	6.376.338

(*) A controlada Eletropaulo possui ativo intangível da concessão, decorrente da aquisição de participação na controlada Eletropaulo que, anteriormente adotado das normas internacionais de contabilidade, estava classificado como ágio. A sua amortização é reconhecida linearmente pelo prazo de vigência da concessão.

15. Fornecedores

	Consolidado	
	2013	2012
CIRCULANTE		
Itaipu	212.179	179.280
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota explicativa nº 33.1	228.354	204.847
Contratos bilaterais - outros	146	—
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (*)	107.885	19.445
Energia livre - outros	67.297	62.265
Uso de rede básica	50.048	116.896
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER (*)	42.985	143.657
Conexão à rede básica	3.333	9.856
Transmissão	3.532	10.164
Uso do sistema de distribuição	1.337	1.394
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.854	4.011
Leilão - CCEAR	254.188	394.725
Subtotal	974.138	1.146.540
Materiais e serviços	180.875	235.849
Total	1.155.013	1.382.389

(*) Do total a pagar em 31 de dezembro de 2013 referente às contabilizações operadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a controlada Eletropaulo estima que aproximadamente R\$ 53.557 serão repassados diretamente pela Eletrobrás com recursos da CDE, sendo que R\$ 32.466 já foram homologados pela ANEEL e foram compensados na liquidação financeira referente a competência novembro de 2013, que ocorreu em 7 de janeiro de 2014.

16. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social a pagar				
CIRCULANTE				
Imposto de renda	—	2.437	18.698	4.138
Contribuição social	—	929	7.717	1.541
Total	—	3.366	26.415	5.679
Outros tributos a pagar				
CIRCULANTE				
Tributos Federais				
PIS	—	—	7.064	10.714
Cofins	—	—	32.536	49.349
INSS	6	6	11.188	7.741
IRRF	5	4	640	7.381
Outros	8	1	1.252	2.793
Subtotal - Federais	19	11	52.680	77.978
Tributos Estaduais				
ICMS	—	—	197.544	252.065
ICMS - perdas comerciais	—	—	6.166	3.631
Subtotal - Estaduais	—	—	203.710	255.696
Tributos Municipais				
ISS	—	—	934	1.366
Subtotal - Municipais	—	—	934	1.366
Total - outros tributos a pagar	19	11	257.324	335.040

17. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

17.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Vencimento	Taxa efetiva (**)	2013							
		Circulante			Não circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos									
Moeda nacional:									
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.6	2015	5,00	—	881	—	881	440	—	440
BNDES Finame - a.7	2016	8,70	13	1.528	—	1.541	2.164	—	2.164
FINEP (*) - a.8	2020	4,00	65	4.182	—	4.247	27.838	—	27.838
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.9	2019	CDI+2,41	5.562	60.000	(3.766)	61.796	480.000	(11.036)	468.964
Outros	—	—	275	—	—	275	—	—	—
Total		5,915	66.591	(3.766)	68.740	510.442	(11.036)	499.406	
Debêntures									
Debêntures - 9ª Emissão - a.1	2018	CDI+2,98	9.166	—	(3.706)	5.460	250.000	(8.482)	241.518
Debêntures - 11ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,24	3.388	—	(739)	2.649	200.000	(2.504)	197.496
Debêntures - 13ª Emissão - a.3	2020	CDI+2,28	4.863	20.000	(2.163)	22.700	360.000	(7.417)	352.583
Debêntures - 14ª Emissão - a.4	2021	CDI+1,90	5.433	—	(1.431)	4.002	600.000	(10.885)	589.115
Debêntures - 15ª Emissão - a.5	2018	CDI+1,98	17.338	—	(4.240)	13.098	750.000	(14.259)	735.741
Total		40,188	20.000	(12,279)	47,909	2.160.000	(43,547)	2.116,453	
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro - a.10		8,40 a 13,90	—	4.066	—	4.066	11.241	—	11.241
Total			—	4,066	—	4,066	11,241	—	11,241
Total da dívida			46,103	90,657	(16,045)	120,715	2,681,683	(54,583)	2,627,100
Vencimento	Taxa efetiva (**)	2012							
		Circulante			Não circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos									
Moeda estrangeira:									
STN - Resolução nº 96/1993	2013	6,00	1	30	—	31	—	—	—
Moeda nacional:									
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.6	2015	5,00	—	881	—	881	1.321	—	1.321
BNDES Finame - a.7	2016	8,70	48	891	—	939	3.692	—	3.692
FINEP (*) - a.8	2020	4,00	35	(760)	—	(725)	17.344	—	17.344
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.9	2019	CDI+2,00	4.301	30.000	(1.843)	32.458	540.000	(7.679)	532.321
Outros	—	—	275	—	—	275	—	—	—
Total		4,660	31,042	(1,843)	33,859	562,357	(7,679)	554,678	
Debêntures									
Debêntures - 9ª Emissão - a.1	2018	CDI+2,33	7.387	—	(2.053)	5.334	250.000	(7.411)	242.559
Debêntures - 11ª Emissão - a.2	2018	CDI+1,86	2.586	—	(126)	2.460	200.000	(660)	199.340
Debêntures - 13ª Emissão - a.3	2020	CDI+1,90	3.949	20.000	(949)	23.000	380.000	(4.468)	375.532
Debêntures - 14ª Emissão - a.4	2021	CDI+1,66	4.126	—	(374)	3.752	600.000	(4.027)	595.973
Debêntures - 15ª Emissão - a.5	2018	CDI+1,40	13.037	—	(775)	12.262	750.000	(3.620)	746.380
Total		31,085	20,000	(4,277)	46,808	2,180,000	(20,216)	2,159,784	
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro - a.10		8,51 a 13,90	—	4.494	—	4.494	2.596	—	2.596
Total			—	4,494	—	4,494	2,596	—	2,596
Total da dívida			35,745	55,536	(6,120)	85,161	2,744,953	(27,895)	2,717,058

(*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das Subvenções Governamentais.
(**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.
Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.
Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.
Os empréstimos e financiamentos referente a RELUZ - Eletrobrás possuem como garantia a receita da controlada Eletropaulo, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. FINAME e FINEP possuem como garantia cartas fiança contratadas pela controlada Eletropaulo, conforme detalhado abaixo:

	Controlada Eletropaulo		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	4	38.657	1,00% a 1,50%

Os demais empréstimos e financiamentos da controlada Eletropaulo não possuem garantia.
Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

17.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

a.1) Debêntures - 9ª Emissão - R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local, com vencimento final em agosto de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
9ª Emissão	CDI + 1,12%	Semestrais	Annual	R\$ 75.000 Agosto de 2015 R\$ 75.000 Agosto de 2016 R\$ 25.000 Agosto de 2017 R\$ 75.000 Agosto de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.
Os recursos obtidos por meio da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a controlada Eletropaulo e bancos credores em 2004.

a.2) Debêntures - 11ª Emissão - R\$ 200.000 em debêntures, ocorrida em 23 de outubro de 2007, com data de emissão em 1º de novembro de 2007, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
11ª Emissão	CDI + 1,75%	Semestrais	Annual	R\$ 100.000 Novembro de 2016 R\$ 100.000 Novembro de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.
Os recursos obtidos com a 11ª Emissão de Debêntures foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição da controlada Eletropaulo, no curso regular de seus negócios.

a.3) Debêntures - 13ª Emissão - R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 14 de maio de 2010, no mercado local, com vencimento final em maio de 2020.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
13ª Emissão	CDI + 1,50%	Semestrais	Annual	R\$ 20.000 Maio de 2013 R\$ 20.000 Maio de 2014 R\$ 40.000 Maio de 2015 R\$ 40.000 Maio de 2016 R\$ 80.000 Maio de 2017 R\$ 80.000 Maio de 2018 R\$ 80.000 Maio de 2019 R\$ 40.000 Maio de 2020

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.
Os recursos captados com a 13ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos Bônus denominados em reais, emitidos pela controlada Eletropaulo em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

a.4) Debêntures - 14ª Emissão - R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 28 de novembro de 2011, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2021.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
14ª Emissão	CDI + 1,50%	Semestrais	Annual	R\$ 60.000 Novembro de 2018 R\$ 180.000 Novembro de 2019 R\$ 180.000 Novembro de 2020 R\$ 180.000 Novembro de 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013, estes índices eram de:
(i) Dívida líquida/EBITDA ajustado = 2,5 vezes.
(ii) EBITDA ajustado/despesa financeira = 4,8 vezes.
Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2013, a controlada Eletropaulo não estava em cumprimento dos termos dos *covenants*.
A controlada Eletropaulo também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2013 foram atendidos.

(*) EBITDA ajustado - corresponde ao resultado do serviço da controlada Eletropaulo dos últimos doze meses, conforme demonstrativo de resultado, excluindo todos os montantes de depreciação e amortização e despesas com a Fundação CESP. Adicionalmente, é ajustado com o impacto dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL, desde que não tenham sido incluídos no resultado do serviço mencionado anteriormente.

18. Subvenções governamentais

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a controlada Eletropaulo possui atualmente uma linha de empréstimos e financiamentos caracterizados como subvenções governamentais, o FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. A realização dessa subvenção governamental ocorrerá no mesmo período da realização dos projetos e dos ativos adquiridos com estes recursos.
Essas subvenções governamentais foram recebidas para financiamento de projetos de inovação através do "FINEP". Não existem condições ou contingências não cumpridas pela controlada Eletropaulo atreladas a essas subvenções.
A movimentação das subvenções governamentais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Controlada Eletropaulo	
	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.498	-
Recebidas	2.626	3.827
Baixas	(1.047)	(329)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.077	3.498
CIRCULANTE	1.408	760
NÃO CIRCULANTE	3.669	2.738
Total	5.077	3.498

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas às subvenções governamentais, atualmente classificadas no passivo não circulante, terão os seguintes prazos de realização:

	Subvenção governamental	
	2013	2012
2015	1.212	-
2016	997	-
2017	756	-
2018	494	-
2019	206	-
2020	4	-
Total	3.669	-

19. Obrigações com entidade de previdência privada

A controlada Eletropaulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada Eletropaulo.

A controlada Eletropaulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para as parcelas de benefício definido é paritário entre a controlada Eletropaulo e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da controlada Eletropaulo até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implementado no momento da privatização da controlada Eletropaulo, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits(superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Conforme julgamento da Administração, a controlada Eletropaulo procedeu a uma avaliação atuarial para a data-base de 30 de junho de 2013.

Ao final do exercício de 2013 a controlada Eletropaulo procedeu à avaliação atuarial anual, realizado por atuários independentes, no qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

	Controlada Eletropaulo	
	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais	9.789.505	12.489.418
Valor justo dos ativos do plano	(7.236.335)	(8.525.610)
Total registrado	2.553.170	3.963.808

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são demonstradas a seguir:

	Controlada Eletropaulo	
	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	12.489.418	9.796.162
Custo dos serviços correntes	25.079	16.350
Custo dos juros	1.027.181	916.615
Benefícios pagos	(812.155)	(775.655)
Contribuições dos empregados	6.028	5.875
Perda (Ganho) atuarial	(2.946.046)	2.530.071
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	9.789.505	12.489.418

As movimentações do valor justo dos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são demonstradas a seguir:

	Controlada Eletropaulo	
	2013	2012
Valor dos ativos do plano no início do exercício	8.525.610	7.355.487
Contribuição do empregador	255.173	260.811
Contribuições dos empregados	6.028	5.875
Ganhos/(Perdas) atuariais	(1.456.175)	986.041
Rendimento esperado dos ativos do plano	717.854	693.051
Benefícios pagos	(812.155)	(775.655)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.236.335	8.525.610

As despesas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram as seguintes:

	Controlada Eletropaulo	
	2013	2012
Custo dos serviços correntes	25.079	16.350
Custo dos juros	1.027.181	916.615
Rendimento esperado dos ativos do plano	(717.854)	(693.051)
Total das despesas benefício definido	334.406	239.914
Outras contribuições - Contribuição definida	3.340	6.995
Total das despesas no exercício	337.746	246.909

A movimentação das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como seguem:

	Controlada Eletropaulo	
	2013	2012
Saldo no início do exercício (reapresentado)	(2.830.128)	(1.205.899)
Ganho (Perda) gerado pela taxa de desconto	2.944.716	(2.087.166)
Ganho (Perda) atuarial gerado pela experiência demográfica	1.330	(442.904)
Ganho (Perda) atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(1.456.175)	986.041
Ajuste de reapresentação	-	(80.200)
Saldo no final do exercício	(1.340.257)	(2.830.128)

A composição dos investimentos do plano por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	Controlada Eletropaulo		
	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2013	2012	
Renda fixa	76,56%	77,19%	até 100%
Renda variável	18,20%	18,53%	até 70%
Empréstimos a participantes	1,76%	1,49%	até 15%
Imóveis	3,48%	2,79%	até 8%
Total	100,00%	100,00%	

A movimentação dos processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora						Consolidado					
	Passivo						Passivo					
	Saldo inicial 31.12.2012	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2013	Saldo inicial 31.12.2012	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2013
Trabalhista	-	-	-	-	-	-	280.693	91.057	11.180	(60.288)	(51.777)	270.865
Plano Cruzado - reajuste de tarifa	-	-	-	-	-	-	16.049	343	1.876	(800)	(1.277)	16.191
Processos cíveis	-	-	-	-	-	-	40.487	30.525	6.820	(17.091)	(4.992)	55.749
Processos regulatórios	-	-	-	-	-	-	68.935	13.400	5.390	(28.146)	(5.285)	54.294
Processos administrativos - prefeituras	-	-	-	-	-	-	725	-	21	(260)	(14)	472
Processos fiscais	15.963	-	1.003	-	-	16.966	65.679	10.802	3.166	(202)	(1.991)	77.454
Meio ambiente	-	-	-	-	-	-	5.477	33.322	-	(13.775)	-	25.024
Outros	-	-	-	-	-	-	23.085	871	-	-	(160)	23.796
Total geral	15.963	-	1.003	-	-	16.966	501.130	180.320	28.453	(120.562)	(65.496)	523.845
CIRCULANTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NÃO CIRCULANTE	15.963	-	1.003	-	-	16.966	501.130	180.320	28.453	(120.562)	(65.496)	523.845
Total geral	15.963	-	1.003	-	-	16.966	501.130	180.320	28.453	(120.562)	(65.496)	523.845

	Controladora						Consolidado					
	Passivo						Passivo					
	Saldo inicial 31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2012	Saldo inicial 31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2012
Trabalhista	-	-	-	-	-	-	313.344	143.001	14.399	(91.853)	(98.198)	280.693
Plano Cruzado - reajuste de tarifa	-	-	-	-	-	-	23.661	5.448	1.654	(10.297)	(4.417)	16.049
Processos cíveis	-	-	-	-	-	-	43.031	16.657	6.175	(20.322)	(5.054)	40.487
Processos regulatórios	-	-	-	-	-	-	26.916	38.783	4.724	(1.488)	-	68.935
Processos administrativos - prefeituras	-	-	-	-	-	-	725	-	-	-	-	725
Processos fiscais	11.616	3.441	906	-	-	15.963	61.042	3.623	3.843	(466)	(2.363)	65.679
Meio ambiente	-	-	-	-	-	-	11.577	7.788	-	(11.388)	(2.500)	5.477
Outros	-	-	-	-	-	-	22.134	978	-	-	(27)	23.085
Total geral	11.616	3.441	906	-	-	15.963	502.430	216.278	30.795	(135.814)	(112.559)	501.130
CIRCULANTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NÃO CIRCULANTE	11.616	3.441	906	-	-	15.963	502.430	216.278	30.795	(135.814)	(112.559)	501.130
Total geral	11.616	3.441	906	-	-	15.963	502.430	216.278	30.795	(135.814)	(112.559)	501.130

As provisões para processos judiciais e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e sua controlada Eletropaulo são parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia e sua controlada Eletropaulo. A Administração da Companhia e sua controlada Eletropaulo estão fundamentadas na opinião de seus assessores jurídicos e entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas abaixo.

a) **Trabalhista:** A controlada Eletropaulo é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca de 5.011 processos (5.048 processos em 31 de dezembro de 2012) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. Os valores dos depósitos recursais relativos às reclamações trabalhistas decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário montam em R\$ 29.390 (R\$ 24.126 em 31 de dezembro de 2012), e os depósitos judiciais consignados para garantia do pleito montam em R\$ 225.333 (R\$ 241.695 em 31 de dezembro de 2012).

b) **Plano cruzado - reajuste de tarifa:** Refere-se a processos movidos contra a controlada Eletropaulo por consumidores econômicos questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 16.191 (R\$ 16.049 em 31 de dezembro de 2012).

As premissas atuariais utilizadas pela controlada Eletropaulo são as seguintes:

	Controlada Eletropaulo		
	2014	2013	2012
a1) Determinação do passivo atuarial:			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A		11,19% a.a. 8,42% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A		6,59% a.a. 6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A		4,50% a.a. 4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A		4,50% a.a. 4,50% a.a.
a2) Determinação da despesa atuarial:			
Taxa de desconto nominal	11,19% a.a.		10,04% a.a. 9,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a.		6,59% a.a. 4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.		4,50% a.a. 4,00% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% a.a.		4,50% a.a. 4,00% a.a.
b) Premissas demográficas:			
Tábua biométrica de mortalidade			AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez			Tábua Mercer
Taxa de rotatividade esperada	0,30 / (tempo de serviço + 1)		18,60
c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	N/A		

A estimativa da despesa para o exercício de 2014 está demonstrada a seguir:

	Controlada Eletropaulo	
	2014	2013
Custo dos serviços correntes	15.066	15.066
Custo dos juros	1.049.524	1.049.524
Rendimento esperado dos ativos do plano	(782.073)	(782.073)
Total da despesa projetada para o exercício	282.517	282.517

O valor esperado de contribuições da controlada Eletropaulo para o exercício de 2014 é de R\$ 320.150.
Os pagamentos esperados do plano para exercícios futuros da obrigação de benefício definido são os seguintes:

	Controlada Eletropaulo	
	2013	2012
1 ano	820.769	820.769
Entre 2 e 5 anos	3.576.652	3.576.652
Após 5 anos	5.164.578	5.164.578
Total de pagamentos esperados do plano	9.561.999	9.561.999

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 9.789.505, a controlada Eletropaulo realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2013 está demonstrado abaixo.

Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Tábua de mortalidade	Taxa estimada de inflação de longo prazo	Taxa de desconto
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	AT2000	(+0,25%) (-0,25%)	(+0,25%) (-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	2.230	233.045	137.591	-	(214.366)
Total da obrigação de benefício definido	9.791.735	10.022.550	9.927.096	9.789.505	9.789.505 9.575.139 10.012.869

19.1 Contratos com a Fundação CESP

A controlada Eletropaulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação CESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos:

Confissão de dívida Ila (i)
Confissão de dívida Iib (ii)
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)
Total do contrato **2.405.342**
Diferença entre premissas (*)
Total registrado **2.553.170** **3.963.808**

(*) A parcela do contrato de ajuste de reserva no montante de R\$ 112.984 é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada Eletropaulo para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela Fundação CESP (administradora do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando à implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na pericia técnica realizada.

(c.2) AIT Central
Em 2 de fevereiro de 2000, a AIT - Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. ("AIT") ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização contra a controlada Eletropaulo, onde alega o descumprimento contratual por parte da mesma, que teria abandonado a execução contratual, pelo que requereu a rescisão do contrato, pagamento de multa, bem como o pagamento de indenização pelos danos sofridos (lucros cessantes e danos emergentes). Em 14 de agosto de 2000, foi proferida decisão de 1ª instância julgando a ação procedente.

Em 26 de setembro de 2006, proferida decisão de 2ª instância, mantendo a condenação da controlada Eletropaulo no pagamento da multa contratual e danos emergentes, porém, excluindo os lucros cessantes. Em 2 de junho de 2011, o Superior Tribunal de Justiça, julgando recurso da Autora, proferiu decisão restabelecendo a condenação dos lucros cessantes. Em março de 2013, a AIT deu início a execução dos danos emergentes. Os valores da condenação relativos à multa contratual já foram pagos, permanecendo a discussão relativamente aos danos emergentes, em fase de execução, e dos lucros cessantes, em fase de liquidação para apuração do valor.

d) Processos regulamentários
d.1) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 03377/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 a 2 de julho de 2010. Tratou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. Em 7 de novembro de 2013, em juízo de reconsideração, a ARSESP decidiu reduzir parcialmente o montante da penalidade aplicada para R\$ 16.939. A controlada Eletropaulo aguarda decisão de recurso ainda pendente de julgamento na ANEEL. Baseada em análises dos assessores legais, a controlada Eletropaulo decidiu ajustar o montante provisionado para R\$ 16.939, que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 20.888 (R\$ 24.367 em 31 de dezembro de 2012).

d.2) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 03397/TN 2186/2011, em 26 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, é de R\$ 4.842. A ação fiscalizadora teve como objetivo verificar os fatos ocorridos na área de concessão da controlada Eletropaulo no período de 7 a 9 de junho de 2011 que resultaram em interrupções no fornecimento de energia elétrica. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 5.944 (R\$ 5.493 em 31 de dezembro de 2012).

d.3) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0373/TN 1899/2009, em 15 de fevereiro de 2012, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 2.612 é decorrente de fiscalização comercial. Após análise do recurso apresentado, a ARSESP decidiu reduzir a penalidade para R\$ 790. Com base nessa decisão, a controlada Eletropaulo decidiu reverter R\$ 1.821 da provisão anteriormente realizada. A Administração da controlada Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em agosto de 2013, que montava R\$ 829 (R\$ 2.787 em 31 de dezembro de 2012).

d.4) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0082012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$ 136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no Ativo Imobilizado, ocorrida no período de 7 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2011, que impacta a Base de Remuneração Regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 16.463 (R\$ 15.214 em 31 de dezembro de 2012). A controlada Eletropaulo em 18 de abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.

d.5) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0389/TN 2240/2011, em 10 de julho de 2012, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 1.378, posteriormente reduzida em decisão da ANEEL, de 25 de setembro de 2013, para R\$ 1.368, foi decorrente de fiscalização nas "Medições Amostras de Nível de Tensão". A Administração da controlada Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em outubro de 2013, que montava R\$ 1.500 (R\$ 1.418 em 31 de dezembro de 2012).

d.6) A controlada Eletropaulo recebeu os Termos de Notificações 245, 246 e 247/2010, em 9 de abril de 2010, da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A penalidade aplicada é decorrente de fiscalização no sistema de medição para faturamento da ETT Ramon Ribeiro Filho. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 266 (R\$ 245 em 31 de dezembro de 2012).

d.7) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória - Ativo Imobilizado em Serviço, no montante de R\$ 126.379. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 9.394 (R\$ 8.681 em 31 de dezembro de 2012). A controlada Eletropaulo em 2 de janeiro de 2013 apresentou recurso.

d.8) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 402/2012-SFE, em 4 de janeiro de 2013, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora nos indicadores de continuidade (DEC e FEC) referente ao ano de 2009. A Administração da controlada Eletropaulo, optou pelo pagamento parcelado em 12 vezes deste débito, sendo que até 31 de dezembro de 2013 foram liquidadas as doze parcelas. Em 6 de dezembro de 2013 foi efetivado o pagamento da última parcela da multa no montante de R\$ 897.

d.9) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0396/TN 2233/2011, em 9 de outubro de 2012, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora nos procedimentos adotados pela controlada Eletropaulo em ocorrência prioritária no município de Diadema referente a fio partido energizado, desde a comunicação do rompimento até o momento do acidente fatal. A Administração da controlada Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em maio de 2013, que montava R\$ 568 (R\$ 771 em 31 de dezembro de 2012).

d.10) A controlada Eletropaulo recebeu Auto de Infração nº 0416/TN238/2012, em 9 de fevereiro de 2013, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, referente a não conformidades referentes ao procedimento de coleta de dados, registro e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, no montante de R\$ 14.423, sendo que após recurso administrativo o valor foi reduzido para R\$ 4.631. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises preliminares decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 1.339.

d.11) A controlada Eletropaulo recebeu Auto de Infração nº 136/2012-SFF, em 3 de janeiro de 2013, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, referente a contratação com partes relacionadas sem anuência prévia do regulador. A Administração da controlada Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em abril de 2013, que montava R\$ 6.385.

d.12) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0002/TN 004/2012, em 8 de março de 2013, da ARSESP ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, corresponde ao montante de R\$ 873, é decorrente de fiscalização nas "Medições Amostras de Nível de Tensão do 2º e 4º Trimestre de 2011". A Administração da controlada Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em julho de 2013, que montava R\$ 898 (R\$ 2.787 em 31 de dezembro de 2012).

d.13) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0421/2013-SFE, em 8 de março de 2013, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. As penalidades aplicadas no montante de R\$ 6.050, são decorrentes de ação fiscalizadora com foco no planejamento, operação e manutenção de linhas, redes e subestações. Após análise do recurso apresentado, a ARSESP decidiu manter a penalidade. Em 22 de outubro de 2013, em julgamento pela Diretoria da ANEEL do recurso apresentado pela controlada Eletropaulo a agência entendeu por não conhecer do mesmo, mantendo a penalidade na íntegra. Com base nessa decisão a Administração da controlada Eletropaulo decidiu pela quitação integral da referida infração em 7 de novembro de 2013, que montava R\$ 7.609.

e) Processos administrativos - prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A controlada Eletropaulo mantém provisão de R\$ 472 (R\$ 725 em 31 de dezembro de 2012).

f) Processos fiscais:

f.1) a Companhia possui processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma, registrou provisão no montante de R\$ 16.966 (R\$ 15.963 em 31 de dezembro de 2012).

f.2) existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, os quais em 31 de dezembro de 2013 montam R\$ 60.489 (R\$ 49.716 em 31 de dezembro de 2012).

g) Processos ambientais: Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da controlada Eletropaulo, por meio de processos administrativos próprios, levando a controlada Eletropaulo, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de dezembro de 2013, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 25.024 (R\$ 5.477 em 31 de dezembro de 2012). Dentre os casos provisionados, merecem destaque as demandas relacionadas a contaminação do solo e água subterrânea.

g.1) Complexo Cambuci: Estudos ambientais foram iniciados em 2005 para avaliação de qualidade do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos e às ações de remediação. Em 2012, o imóvel foi vendido, com o compromisso contratual de entrega da área remediada. Em 2013, foram elaborados novos estudos considerando o uso futuro da área, que apontaram as ações de intervenção necessárias para encerramento da remediação, que deverá ser concluída em 2016.

g.2) Depósito de Postes - Miguel Yunes: Estudos ambientais foram iniciados em 2009 para avaliação do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos para identificação e foi constatada a presença de resíduos domésticos enterrados e entulho (dispostos clandestinamente em data anterior à concessão), exigindo o detalhamento dos estudos visando a quantificação, o qual foi realizado em dezembro de 2013 e confirmou a necessidade de remoção do lixo enterrado. A controlada Eletropaulo deverá remover e destinar adequadamente os resíduos depositados na área com previsão de término em 2014.

g.3) Estações Transformadoras de Distribuição - ETD s: A controlada Eletropaulo iniciou, em 2007, processos de regularização ambiental de obras para melhoria e ampliação de subestações. Estes processos exigem uma investigação ambiental das condições do solo e água subterrânea acompanhados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SMA, conforme procedimentos estabelecidos pela CETESB. Durante as atividades de investigação, foram identificados, em parte dos imóveis, contaminações no solo e água subterrânea, sendo necessária a adoção de ações de remediação ambiental. Em 2013 novos processos foram abertos devido a necessidade de ampliação das subestações, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos que deverão ter continuidade em 2014.

21.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível
A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A controlada Eletropaulo está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 10.000 para fins de divulgação.
A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e sua controlada Eletropaulo.

Notas	Descrição das contingências	Controlada Eletropaulo	
		Valor estimado da contingência	
		2013	2012
(a)	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.434.214	1.315.974
(b)	Enquadramento de Consumidores e - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
(c)	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
(d)	Revisão Tarifária - Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
(e)	Autuações PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	56.154	52.654
(f)	Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC	Não determinado	Não determinado
(g)	Ação Popular - Maruzan Conrado	25.112	21.894
(h)	Ecovias - Remanejamento de Postes	2.000	2.000
(i)	Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
(j)	AIT - Santo Amaro	114.480	98.569
(k)	Ação Civil Pública - City Boacava	Não determinado	Não determinado
(l)	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado	Não determinado
(m)	Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecedor	10.147	Não determinado
(n)	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(o)	Recolhimento do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	105.247	93.938
(p)	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	39.183	38.779
(q)	NFLDs - Execuções Fiscais	38.224	35.366
(r)	CSLL - Base Negativa	116.894	112.277
(s)	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	53.460	8.490
(t)	PIS - Decretos nºs 2445/1988 e 2449/1988	49.394	38.969
(u)	PIS - Estatuto da Decadência	208.679	204.092
(v)	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	Não determinado	Não determinado
(w)	FINSOCIAL	160.737	124.471
(x)	COFINS - Anistia	141.272	138.600
(y)	Ações Anulatórias - Multas de Trânsito	41.666	-

(a) Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986
Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Após a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentada a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal. Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 4 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (controlada Eletropaulo), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTe), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da controlada Eletropaulo (90,11% e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes seriam devidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da controlada Eletropaulo de valor estimado de R\$ 1.434.214 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.315.974 em 31 de dezembro de 2012), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da controlada Eletropaulo e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela controlada Eletropaulo, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a controlada Eletropaulo não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido verificado à EPTe, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas a reformar a decisão do TJRJ.

Seu adiantar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a controlada Eletropaulo de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, a exclusão da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer ampla dilação probatória e a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (controlada Eletropaulo, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, "Embargos de Declaração" e, em abril de 2007, "Embargos de Divergência" e "Recurso Extraordinário", sendo que todos os recursos foram decididos contra a controlada Eletropaulo.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a controlada Eletropaulo e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça o CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Sendo assim, a controlada Eletropaulo apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de "Liquidação de Sentença por Arbitramento" perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009, a controlada Eletropaulo apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressalvando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cederias (controlada Eletropaulo e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a controlada Eletropaulo apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja D. Juíza da 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a controlada Eletropaulo apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela controlada Eletropaulo.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela controlada Eletropaulo. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a controlada Eletropaulo tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a controlada Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela controlada Eletropaulo em 10 de agosto 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à controlada Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pelas partes.

Contra a decisão acima referida, em 7 de janeiro de 2013, a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador Carlos Santos de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ("Liminar"), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela controlada Eletropaulo contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, pela 5ª Vara da Comarca do Rio de Janeiro no processo nº 0010021-19.1989.8.19.0001. Com a concessão da Liminar, o procedimento de primeira instância ficou suspenso, aguardando o julgamento do recurso apresentado pela controlada Eletropaulo.

Em 7 de fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu provimento integral ao recurso da controlada Eletropaulo, anulando integralmente a decisão de 1ª instância que atribuiu à controlada Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento do débito, confirmando sua decisão anterior que suspendeu os procedimentos da execução. Não houve a interposição de recursos pela Eletrobrás e pela CTEEP contra esta decisão. Dessa forma, o processo deverá ser retomado em 1ª instância para que se prosiga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de pericia contábil. Com a reversão da decisão desfavorável à controlada Eletropaulo, a estimativa é que os trabalhos periciais não se encerram em um prazo inferior a seis meses a ser contado do início dos trabalhos periciais. Ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o responsável pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela controlada Eletropaulo, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a controlada Eletropaulo, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a controlada Eletropaulo possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela controlada Eletropaulo, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a controlada Eletropaulo poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

Com base nessa decisão, a controlada Eletropaulo decidiu ajustar o montante da dívida decorrente da liquidação de sentença por artigos para R\$ 1.434.214, atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.315.974 em 31 de dezembro de 2012).

(b) Enquadramento de consumidores - ação civil pública
O Ministério Público Federal e a Pro-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL requerendo o enquadramento na subclasse baixa renda nas unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na subclasse baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pro-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e em sendo alterada o teor da decisão que foi favorável à controlada Eletropaulo, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(c) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais
O Ministério Público Federal, em 5 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL visando à desconsideção dos valores do contrato firmado entre as controladas Eletropaulo e Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma pericia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da controlada Eletropaulo, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 3 de julho de 2012 a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da controlada Eletropaulo deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

(d) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal
Em 15 de novembro de 2004 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e a controlada Eletropaulo, fazendo constar em seu acórdão que a controlada Eletropaulo teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à controlada Eletropaulo, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Aguarda-se julgamento de recurso apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(e) Autuações PCLD - provisão de créditos de liquidação duvidosa
Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 4 de maio de 2000 - Al nº 015/TN170 e em 5 de abril de 2001 - Al 0277/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. A controlada Eletropaulo propôs dois mandados de segurança contra o ato de imposição de multa imposta pela ANEEL. Com base nas atualizações imputadas, contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os Recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$ 56.154 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 52.654 em 31 de dezembro de 2012).

Al nº 015/TN170 - Em 4 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela controlada Eletropaulo no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 6 de julho de 2012, o qual teve provimento negado. Em 23 de agosto de 2013, a controlada Eletropaulo apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 10 de setembro de 2013, a controlada Eletropaulo ajuizou duas Medidas Cautelares, com pedido de liminar, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), visando suspender o processo e a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL até julgamento final dos recursos pelo STJ e pelo STF. Em 17 de setembro de 2013, o TRF1 concedeu o efeito suspensivo requerido pela controlada Eletropaulo. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal atuação monta em R\$ 12.602 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 11.816 em 31 de dezembro de 2012). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor mencionado.

Al 0277/TN0336/1 - Em 27 de agosto de 2013, o recurso da controlada Eletropaulo, apresentado contra a sentença desfavorável de 1ª instância de fevereiro de 2002, foi julgado, cancelando a multa imposta pela AN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(v) **Ação Civil Pública - restabelecimento de energia elétrica**
O Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a controlada Eletropaulo, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a controlada Eletropaulo apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso que restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a controlada Eletropaulo apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011, tendo o caso sido enviado à Justiça Federal após ter sido admitido o ingresso da ANEEL no processo, onde aguarda julgamento, Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, em razão da atual situação do processo, não são passíveis de quantificação.

(w) **FINSOCIAL**
Em julho de 2012 a controlada Eletropaulo foi intimada por dois Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos da FINSOCIAL. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$ 160.737 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 129.471 em 31 de dezembro de 2012). Em Abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a controlada Eletropaulo, da qual foi apresentado Recurso Voluntário. No momento, aguarda-se decisão sobre o recurso apresentado.

(x) **COFINS - anistia**
Ação Judicial proposta pela controlada Eletropaulo em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei 9.779/1999. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$ 141.272 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 138.600 em 31 de dezembro de 2012).

(y) **Ações Anulatórias - multas de trânsito**
A controlada Eletropaulo é autora de 12 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutor correlatas. Duas ações onde se discutem débitos no valor de R\$ 20.102, atualizado até 31 de dezembro de 2013, tiveram decisões desfavoráveis em 2ª instância, contra as quais a controlada Eletropaulo apresentou os competentes recursos. Uma ação que discutia o valor de R\$ 4.824 (31 de dezembro de 2013) teve decisão final favorável à controlada Eletropaulo, anulando-se os débitos discutidos judicialmente. De acordo com os assessores legais, a chance de perda de todos os casos é classificada como possível. O valor total atualizado em discussão nas 11 ações anulatórias pendentes de decisão final, até 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 41.666.

Cartas de fiança e caução
Em 31 de dezembro de 2013, a controlada Eletropaulo possui cartas de fiança para processos judiciais, conforme relação abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	31	1.054.687	1,00% a 6,00%
Cível	13	73.711	1,20% a 6,33%
Trabalhista	31	53.890	1,30% a 2,00%

22. Encargos tarifários e do consumidor a recolher

	Consolidado	
	2013	2012
CIRCULANTE		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	11.082	41.153
Quota para a CCC - sistemas isolados	-	28.757
Quota para a reserva global de reversão	-	11.610
Outras encargos	159	285
Subtotal	11.241	81.805
NÃO CIRCULANTE		
Quota para a reserva global de reversão	-	2.705
Subtotal	-	2.705
Total	11.241	84.510

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, foram extintas as arrecadações dos encargos CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduzidas às arrecadações da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

23. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	Consolidado	
	2013	2012
CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	28.246	19.448
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.413	1.618
Ministério de Minas e Energia	706	809
Eficiência energética	12.268	26.404
Subtotal	42.633	48.279
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	13.967	25.649
Eficiência energética	37	-
Subtotal	14.004	25.649
Total	56.637	73.928

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética é como segue:

	Saldo inicial	Provisões	Pagamentos	Aplicações	Atualização monetária	Saldo final
	31.12.2012					31.12.2013
Pesquisa e desenvolvimento	45.097	17.116	-	(23.441)	3.441	42.213
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.618	17.115	(17.320)	-	-	1.413
Ministério de Minas e Energia	809	8.557	(8.660)	-	-	706
Eficiência energética	26.404	42.419	-	(58.321)	1.803	12.305
Total	73.928	85.207	(25.980)	(81.762)	5.244	56.637

	Saldo inicial	Provisões	Pagamentos	Aplicações	Atualização monetária	Saldo final
	31.12.2011					31.12.2012
Pesquisa e desenvolvimento	49.032	15.861	-	(23.366)	3.570	45.097
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.354	15.861	(15.597)	-	-	1.618
Ministério de Minas e Energia	677	7.931	(7.799)	-	-	809
Eficiência energética	66.366	39.504	-	(82.836)	3.370	26.404
Total	117.429	79.157	(23.396)	(106.202)	6.940	73.928

24. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
CIRCULANTE				
Devolução - obrigações vinculadas à concessão	-	-	38.746	38.323
Devolução - Diferença alíquota - Condomínios (*)	-	-	56.409	-
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	-	-	66.957	48.787
Empréstimo compulsório Eletrobrás	-	-	58	568
Recebimento em duplicidade de clientes	-	-	14.952	18.417
Programa baixa renda	-	-	5.513	5.511
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	1.323	1.976
Adicional CCC - Lei 12.111	-	-	-	2.427
Credores diversos	-	-	8.768	28.706
Ajuste de faturas - consumidores	-	-	17.093	11.274
Bônus Itaipu	-	-	3.684	2.797
Outras	542	423	21.457	17.400
Total	542	423	234.960	176.186
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamento relacionado a venda de bens	-	-	57.245	20.000
Outras	-	-	6.069	6.949
Total	-	-	63.314	26.949

(*) A Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010 enquadrando o atendimento de áreas coletivas de conjuntos de prédios residenciais (condomínios) na classe tarifária comercial, cuja alíquota de ICMS é de 18%. Releva-se que, anteriormente à publicação do referido normativo, a regulamentação vigente permitia que tais áreas fossem enquadradas tanto na classe tarifária comercial como residencial (alíquota de ICMS de 25%). Desta forma, desde a publicação da nova regra regulatória pela ANEEL, a controlada Eletropaulo vêm enviando esforços para a identificação e o reequilíbrio dessas unidades consumidoras na classe comercial, com consequente alteração da cobrança da alíquota de ICMS de 25% para 18%. Em 2013 a controlada Eletropaulo efetuou novas revisões em sua base cadastral de consumidores (inclusive com a adoção de esforços das equipes *in loco*), visando identificar condomínios que ainda necessitam sofrer a alteração tarifária (de residencial para comercial). Cabe ressaltar que o valor do ICMS arrecadado a maior foi repassado ao Estado de São Paulo, o que gerou para a controlada Eletropaulo um saldo de ICMS a recuperar sobre a cobrança efetuada a maior (vide nota explicativa nº 6), em contra partida do valor a ser devolvido aos clientes na forma de crédito nas faturas de energia. O montante de R\$ 56.409 contempla além da diferença de alíquota de ICMS, devolução de tarifa de energia elétrica e PIS/COFINS.

25. Patrimônio

25.1 Capital social
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social autorizado da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 958.782, integralmente representado por 95.061.053, ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R\$ 958.782 representado por 95.061.053 ações em 31 de dezembro de 2012).
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 não houve emissão ou resgate de ações.

25.2 Composição acionária

Acionistas	2013		2012	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Brasileira de Energia	93.404.112	98,26	93.404.099	98,26
Outros	1.656.941	1,74	1.656.954	1,74
Total das ações	95.061.053	100,00	95.061.053	100,00

25.3 Reserva de lucros

(a) **Reserva legal**
De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

(b) **Reserva estatutária**
Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a modificação do Estatuto Social da Companhia, para a criação de Reserva Especial para reforço do capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. A Administração pode propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação de até 75% do lucro líquido ajustado à essa reserva estatutária. O saldo da referida reserva em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

25.4 Ajuste de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2013 os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes eram compostos pela mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 1998 e 2007 e por perdas e ganhos atuariais do plano de pensão, respectivamente.
O saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado com a mais valia dos ativos é de R\$ 214.741 (R\$ 228.800 em 31 de dezembro de 2012).
Outros resultados abrangentes relacionado à perda atuarial do plano de pensão apresentam um saldo negativo de R\$ 273.952 em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (líquido de imposto de renda e contribuição social). O reconhecimento da perda atuarial do plano de pensão é decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 33 (R1). Este pronunciamento técnico foi aplicado de forma retrospectiva, e os saldos de abertura foram reapresentados conforme nota explicativa nº 3.

	%	2013	2012
	Mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007 - Líquido de imposto de renda e contribuição social		693.379
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%	214.740	228.800
Perda atuarial (reconhecimento corridor)		(884.568)	(1.867.884)
Líquido de imposto de renda e contribuição social		(273.951)	(578.484)
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%	(59.211)	(349.684)
Total dos ajustes de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes			

26. Destinação do resultado

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.
Os juros sobre o capital próprio são calculados em conformidade com os limites estabelecidos na legislação tributária brasileira e fazem parte da totalidade dos dividendos distribuídos no ano. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre capital próprio.

	2013		2012	
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	Ajustes de reapresentação	Lucro distribuível	Realização do ajuste de avaliação patrimonial (reserva reavaliação, líquida)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	13.766	(47.067)	13.766	(30.674)
Ajustes de reapresentação	-	16.393	14.060	3.828
Lucro distribuível	13.766	(30.674)	27.826	(26.846)
Ajuste por conta de dividendos e JSCP prescritos de controladas (i)	2.200	1.583	-	-
Constituição de reserva legal	(1.391)	-	-	-
Constituição de reserva estatutária	(13.634)	-	-	-
AbSORção de prejuízos com reserva de lucros	-	25.263	-	-
Subtotal	15.001	-	26.826	(26.846)
Dividendos intermediários declarados	(5.000)	-	-	-
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	(2.159)	-	-	-
Dividendos excedentes ao mínimo obrigatório propostos	(7.842)	-	-	-
Saldo de lucros acumulados	-	-	-	-

Ação	2013		2012	
	Tipo	R\$ p/Ação	Tipo	R\$ p/Ação
Dividendos intermediários distribuídos	ON	0,05260	-	-
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	ON	0,02271	-	-
Dividendos excedentes ao mínimo obrigatório propostos	ON	0,08249	-	-

Conforme destacado na nota explicativa nº 25.3, a Companhia absorveu R\$ 25.263 do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com parte da reserva estatutária.

27. Resultado por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
	Numerador:	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	13.766	(47.067)
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	95.061	95.061
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	0,14481	(0,49512)

(*) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.

28. Receita operacional líquida

	Consolidado					
	2013			2012		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.242.621	17.040.646	5.418.373	6.094.754	17.029.132	6.622.458
Industrial	27.242	5.588.118	1.535.282	27.972	5.803.454	1.910.996
Comercial	392.108	11.960.033	3.471.332	340.098	11.815.282	4.125.763
Rural	771	30.453	3.212	774	31.369	3.661
Poder Público:						
Federal	1.348	176.867	57.978	1.281	179.159	61.600
Estadual	4.336	671.488	148.180	4.288	676.277	184.814
Municipal	9.860	442.576	132.293	9.722	456.835	171.861
Iluminação pública	1.835	866.956	152.759	1.902	886.737	181.580
Serviço público	1.346	697.089	158.749	1.319	691.671	189.605
Encargo de capacidade emergencial	-	-	5	-	-	-
Remuneração do ativo financeiro	-	-	110.613	-	-	156.661
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(4.009.022)	-	-	(6.533.372)
Fornecimento	6.681.467	37.474.226	7.179.754	6.482.110	37.569.916	7.075.636
Outras						
PIS/Cofins diferença de alíquota	-	-	(5.583)	-	-	17.083
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda	-	-	(21.089)	-	-	(23.845)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos	-	-	(64.338)	-	-	(75.000)
Não faturado	-	-	(90.397)	-	-	(16.774)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	537	8.741.526	413.449	451	7.986.746	755.675
Transferência para atividades de distribuição	-	-	4.009.022	-	-	6.533.372
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - TUSD	-	-	(1.553)	-	-	(10.474)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos - TUSD	-	-	(8.934)	-	-	(11.935)
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	10.095	-	-	12.358
Energia no curto prazo	-	-	27.849	-	-	103.015
Receita de construção	-	-	809.069	-	-	831.115
Ressarcimento - leilões de energia	-	-	105.043	-	-	-
Subvenção de recursos da CDE (*)	-	-	127.354	-	-	-
Outras receitas						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indutíveis e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Controladora				Consolidado			
2013		2012		2013		2012	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL

a) Composição dos tributos no resultado:

Na rubrica de tributos:								
Correntes	-	-	(2.569)	(934)	(67.070)	(25.641)	(3.647)	(517)
Diferidos	(251)	(90)	(227)	(82)	(14.020)	(5.046)	(12.869)	(4.633)
Total	(251)	(90)	(2.796)	(1.016)	(81.090)	(30.687)	(16.516)	(5.150)

b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa: Resultado antes dos tributos

2013		2012		2013		2012		
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Adições (exclusões):	14.107	14.107	(43.255)	(43.255)	262.348	262.348	12.574	12.574
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	(54.318)	(54.318)	-
Juros sobre o capital próprio a receber	-	-	15.867	15.867	-	15.867	15.867	-
Doações	-	-	-	-	4.815	4.815	2.738	-
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	-	-	-	-	3.241	3.241	2.671	-
Benefício fiscal P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	(9.761)	(9.761)	(9.814)	(9.814)
Perdas indutíveis no contas a receber	-	-	-	-	286	286	4.281	4.281
Perdas de capital - baixa de imobilizado	-	-	-	-	11.899	11.899	9.184	9.184
Multas indutíveis	-	-	-	-	8.000	8.000	1.805	1.805
Despesas indutíveis	-	-	-	-	143	143	4.675	-
Resultado de equivalência patrimonial	(61.367)	(61.367)	(5.177)	(5.177)	(61.367)	(61.367)	(5.177)	(5.177)
Amortizações	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946
Outros	122	122	1.438	1.438	64.957	64.944	14.875	14.884
Total das adições (exclusões)	(15.299)	(15.299)	58.074	58.074	68.159	68.146	32.733	32.742
Base de cálculo antes da compensação	(1.192)	(1.192)	14.819	14.819	330.507	330.494	45.307	45.316
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	(4.446)	(4.446)	-	-	(4.446)	(4.446)
Base de cálculo (*)	(1.192)	(1.192)	10.373	10.373	330.507	330.494	40.861	40.870
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	-	-	(2.593)	(934)	(82.627)	(29.744)	(11.327)	(4.078)
Incentivos	-	-	-	-	4.130	-	-	-
Compensação de base de cálculo	-	-	-	-	24	-	-	-
Baixa IR/CS sobre PSAP	-	-	-	-	-	-	-	479
Ajuste IRPJ/CSLL - exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(1.078)	(61)
Ajuste IRPJ/CSLL - exclusão P&D	-	-	-	-	(2.617)	(943)	-	-
Outros	-	-	(203)	(82)	-	-	(4.111)	(1.490)
Total da (despesa) receita com tributos	-	-	(2.796)	(1.016)	(81.090)	(30.687)	(16.516)	(5.150)
Alíquota efetiva	-	-	-	-	30,9%	11,7%	131,4%	41,0%

(*) A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 prejuízo fiscal e base negativa, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar. Contudo, a Companhia efetuou o registro dos impostos diferidos passivos nos montantes de R\$ 251 e R\$ 90 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo optaram pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CFC's), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Instrução Normativa RFB nº 1.397, de 16 de setembro de 2013. Adicionalmente foi publicada a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013.

Esses dois normativos legais tratam de forma geral, da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e definem que para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT - Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

Apesar da validade das referidas normas legais estarem sendo amplamente discutida no mercado, a Companhia e sua controlada Eletropaulo amparadas também pela posição de seus assessores externos, avaliaram os possíveis impactos de sua aplicabilidade até o ano-base de 2013 e não identificou efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis. A Companhia e sua controlada Eletropaulo não optaram pela aplicação dos efeitos da MP 627/2013 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 71, desta forma os impactos dessa Medida Provisória deverão ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

33. Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objetivo exercer o controle direto, além do controle indireto da Companhia, das seguintes empresas operacionais: AES Tietê S.A. (Tietê), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (Uruguaiana S.A.), mediante participação direta no capital dessas sociedades.

Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de uma comercializadora de energia elétrica e prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica (AES Serviços TC Ltda.).

33.1 Partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ATIVO				
Companhia Brasileira de Energia (iii)	-	-	193	15.112
AES Eletropaulo - juros sobre o capital próprio	-	13.487	-	-
AES Eletropaulo - dividendos	20.159	167	-	-
AES Sul - outros créditos	-	-	2.759	2.759
AES Sul - sublocação (vi)	-	-	9	6
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (vi)	-	-	4	-
AES Tietê - sublocação (v)	-	-	71	-
Total	20.159	13.654	3.036	17.877
PASSIVO				
Companhia Brasileira de Energia - juros sobre o capital próprio	-	-	-	2.128
Companhia Brasileira de Energia - dividendos	-	-	-	25
AES Tietê - nota explicativa nº 15 (i)	-	-	228.354	204.847
AES Serviços TC Ltda. - corte/religa (vi)	-	-	1.181	255
AES Big Sky (ii)	-	-	912	460
Total	-	-	230.447	207.715
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Companhia Brasileira de Energia (iii)	429.200	429.200	429.200	429.200
Total	429.200	429.200	429.200	429.200

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
RESULTADO				
AES Tietê - nota explicativa nº 29 (i)	-	-	(2.088.138)	(1.982.718)
AES Big Sky (ii)	-	-	(1.840)	(2.260)
Companhia Brasileira de Energia (iii)	-	-	325	928
AES Serviços TC - corte/religa (iv)	-	-	(10.642)	(1.820)
AES Tietê - sublocação (v)	-	-	992	457
Companhia Brasileira de Energia - sublocação (v)	-	-	4	1
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (v)	-	-	116	127
AES Sul - sublocação (v)	-	-	108	25
AES Rio PCH - sublocação (v)	-	-	3	1
AES Holdings Brasil - sublocação (v)	-	-	4	1
AES Elpa S.A. - sublocação (v)	(3)	(1)	(2.099.068)	(1.985.258)
Total	(3)	(1)	(2.099.068)	(1.985.258)

(i) Em dezembro de 2000, a controlada Eletropaulo assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tietê, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a controlada Eletropaulo passou a comprar a partir de 2003 da Tietê a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. Prazo de vigência deste contrato é 31 de dezembro de 2015.

Esse contrato foi homologado pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. O preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 187,99 por MWh (R\$ 178,01 por MWh para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012). Este contrato é atualizado anualmente pelo IGP-M.

(ii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa coligada AES Big Sky.

(iii) Refere-se a valores devidos à controladora Brasileira em função da reestruturação societária do Grupo AES, os quais deverão ser objeto de capitalização. Esses valores não estão sujeitos à atualização monetária e prazo de vencimento.

(iv) Refere-se ao Contrato de Prestação de Serviços entre a controlada Eletropaulo e a AES Serviços TC, tendo por objeto a prestação de serviços técnicos comerciais de corte, religação, modificação, aferição, verificação e ligação de energia elétrica.

(v) Corresponde ao contrato de Sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a controlada Eletropaulo (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012 e Despacho nº 3.893/2012.

33.2 Remuneração da Alta Administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia e sua controlada Eletropaulo estão divulgando a remuneração de sua Alta Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a remuneração é conforme segue:

Descrição	Controladora	
	2013	2012
Benefícios de curto prazo (a)	61	86
Total	61	86

Descrição	Consolidado	
	2013	2012
Benefícios de curto prazo (a)	10.681	10.453
Benefícios pós-emprego (b)	201	205
Outros benefícios de longo prazo (c)	216	260
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	307	35
Remuneração baseada em ações (d)	913	845
Total	12.318	11.798

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- d) Compostos por opções de ações à alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation. A remuneração dos administradores da Companhia e de sua controlada Eletropaulo foram aprovadas pelos seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 4 de abril de 2013.

34. Seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da controlada Eletropaulo para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Risco	Período de vigência		
	de	até	Importância segurada
Riscos operacionais	1-abr-2013	1-abr-2014	R\$ 2.000.000
Vida em grupo	1-jan-2013	1-jan-2015	25 X salário, limitado a R\$ 1.300
Responsabilidade civil geral	1-jun-2013	1-jun-2014	R\$ 30.000
Frota veículos - RCF	31-ago-2013	1-abr-2014	RCFV garantia única R\$ 1.000

Em linha com a política de contratação de seguros da controlada Eletropaulo, contratou-se apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir aos administradores o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à controlada Eletropaulo, durante o exercício de suas atividades. A apólice está vigente até 1º de abril de 2014 e tem limite máximo de indenização de R\$ 50.000. O seguro foi contratado em nome da Brasileira, sendo que a mesma também abrangia os executivos da controlada Eletropaulo. Desta forma, cada sociedade controlada pela Brasileira é responsável pelo pagamento de parte do prêmio da apólice.

35. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (Consolidado)

35.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada Eletropaulo, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- c) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber - Acordos (nota explicativa nº 8);
- e) Cauções e depósitos vinculados; (nota explicativa nº 21);
- f) Ativo financeiro da concessão (nota explicativa nº 11);
- g) Fornecedores (nota explicativa nº 15);
- h) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 17);
- i) Subvenções governamentais (nota explicativa nº 18);
- j) Encargos tarifários e do consumidor a recolher (nota explicativa nº 22);
- k) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

35.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	2013		
	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	154.265	154.265	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	835.843	835.843	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.212.012	1.212.012	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	115.398	115.398	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	492.304	492.304	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.386.931	1.386.931	Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	4.196.753	4.196.753	
Passivo (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	1.155.013	1.155.013	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.747.815	2.781.750	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	5.077	5.077	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	11.241	11.241	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	61.863	61.863	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	3.981.009	4.014.944	

2012

Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	114.175	114.175	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	710.043	710.043	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.502.243	1.502.243	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	55.077	55.077	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	475.980	475.980	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	1.181.937	Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	4.039.455	4.039.455	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	1.382.389	1.382.389	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.802.219	2.829.455	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	3.498	3.498	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	84.510	84.510	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	52.400	52.400	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	4.325.016	4.352.252	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e títulos públicos. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Para títulos públicos, a marcação a mercado é realizada com base nas taxas atuais obtidas da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

das tarifas praticadas pela controlada Eletropaulo antes da data da sua terceira revisão tarifária periódica, para eventual desconto e restituição de parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (246.474,87 metros de Cabo AL Nu CAA 1272 MCM). A controlada Eletropaulo apresentou manifestação e em 17 de dezembro de 2013 a Diretoria da ANEEL, em julgamento do referido processo, decidiu pelo recálculo das tarifas praticadas pela controlada Eletropaulo no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626.052, devendo o mesmo ser corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da devolução, a qual será feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014 (“Decisão”). O valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 629.798.

Após a publicação da Decisão, que ocorreu no dia 27 de dezembro de 2013, a controlada Eletropaulo apresentou pedido de reconsideração administrativo à ANEEL, requerendo ainda a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração apresentado fosse analisado pela ANEEL.

Em 28 de janeiro de 2014, por meio de despacho, o Diretor Geral da ANEEL negou o pedido da controlada Eletropaulo para que fossem suspensos os efeitos da Decisão. Contra este ato, a controlada Eletropaulo interpôs, também em 28 de janeiro de 2014, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração seja julgado pela ANEEL. Em 29 de janeiro de 2014 foi deferida liminar em favor da controlada Eletropaulo suspendendo os efeitos da Decisão até que a ANEEL julgue o pedido de reconsideração. Nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não há previsão de contabilização do passivo regulatório. Nos livros regulatórios (vide nota explicativa nº 36), baseada na análise jurídica do assunto e liminar vigente, conforme abaixo descrito, um passivo também não foi constituído.

A controlada Eletropaulo, com base na liminar vigente e fundamentada em avaliação jurídica preparada por seus assessores legais externos, classifica o risco de perda como possível nesta discussão e entende que tem bons argumentos para sustentar as suas posições na esfera judicial, sendo certo que buscará ver o seu direito garantido ativamente.

Revisão Tarifária Extraordinária de 2013 e Reajuste Tarifário de 2013

Em 24 de janeiro de 2013, a ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, que reduziu as tarifas. Esta redução é resultado da Lei nº 12.783/2013 (conversão da MP 579), que promoveu a renovação das concessões de transmissão e geração de energia elétrica que venciam até 2017, e das medidas provisórias 591/2012 e 605/2013.

Adicionalmente, as distribuidoras assumiram o risco hidrológico, bem como o pagamento do encargo setorial CFURH (Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos), das concessionárias de geração que tiveram suas concessões renovadas, além da retirada de subsídios da estrutura tarifária que agora são integralmente custeados com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

É importante ressaltar que as modificações da Lei nº 12.783/2013 trouxeram impactos reduzidos para a controlada Eletropaulo, tendo em vista que as alterações afetaram o custo de compra de energia, transmissão e encargos setoriais que possuem mecanismos de repasse tarifário ao consumidor. Em 2 de julho de 2013, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de +1,10% a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2013 sobre a tarifa homologada em 24 de janeiro de 2013. O índice de 1,10%, somado a outros dados financeiros do último processo tarifário que são retirados no reajuste atual, resultou em um efeito médio de 0,00% a ser percebido pelos consumidores.

Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário 2013		
Parcela A	Encargos setoriais	-0,02%
	Energia comprada	7,53%
	Encargos de transmissão	0,64%
	Parcela A	8,16%
Parcela B		1,57%
Reajuste econômico		9,73%
CVA total		-0,13%
Outros itens financeiros da parcela A		0,23%
Ajuste financeiro da revisão tarifária de 2011		-8,72%
Reajuste total		1,10%

A controlada Eletropaulo recebeu, por meio de aporte advindo de recursos da CDE, R\$ 505.945 (conforme previsto no Decreto nº 7945/2013), referentes ao aumento dos custos de compra de energia e do Encargo do Serviço do Sistema (“ESS”) - vide nota explicativa nº 28.

Esse aporte foi efetuado diretamente à controlada Eletropaulo, em 18 de julho de 2013, e estava previsto na Resolução ANEEL nº 1.563, que homologou o reajuste tarifário de 2013. Como este recurso não foi considerado no cálculo do Índice de Reajuste Tarifário de 2013, esses custos não foram repassados à tarifa do consumidor.

Desta forma as Parcelas A e B da controlada Eletropaulo, após o Reajuste Tarifário de 2013, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A

A Parcela A foi reajustada em 11,00%, representando 8,16% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

Encargos Setoriais - Praticamente estável em relação ao ano anterior, com redução de 0,22%, representando -0,02% no reajuste econômico; **Energia Comprada** - O aumento de 12,58% decorre principalmente do aumento do PLD que aleta o custo dos contratos de compra de energia por disponibilidade (fêrmicas), bem como pela maior participação deste tipo de contrato no portfólio da controlada Eletropaulo. O custo com Itaipu também contribuiu para este aumento, tanto pela elevação da tarifa em dólar de Itaipu em 4,82%, como pela cotação do dólar considerado no reajuste. O aumento da compra de energia representou 7,53% no reajuste econômico; e **Encargos de Transmissão** - O aumento de 11,76% decorre das novas tarifas de transmissão publicadas pela ANEEL, representando 0,64% no reajuste econômico.

(ii) Parcela B

O índice de reajuste da Parcela B foi de 6,07%, que representa uma participação de 1,57% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 6,31%, no período de 12 meses findos em 30 de junho de 2013, e
- Fator X de 0,24%, composto por:
 - X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,03%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo;
 - X-Q (qualidade do serviço) de -0,79%, decorrente da evolução da qualidade do serviço prestado em 2012; e
 - X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da controlada Eletropaulo, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da controlada Eletropaulo.

(c.2) Risco de volatilidade dos custos da “Parcela A”

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A” ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual. As Normas Internacionais de Contabilidade não permitem o registro destes ativos e passivos. Dessa forma, com a adoção das referidas normas, o resultado da controlada Eletropaulo está sujeito a volatilidade decorrente das variações do aumento destes custos entre o período do reajuste tarifário.

(c.3) Risco de aceleração de dívidas

A controlada Eletropaulo têm contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2013, a controlada Eletropaulo não estava em descumprimento dos termos dos covenants (vide nota explicativa nº 17.7).

(c.4) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2013 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais da controlada Eletropaulo com a AES Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) serão estabelecidas pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo repassados às tarifas. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação, há instrumentos previstos na regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia para contratação de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL Nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

O nível de contratação da controlada Eletropaulo é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos. A controlada Eletropaulo encerrou o ano de 2013 com um nível de contratação de 96,9%, implicando em exposição ao mercado de curto prazo.

A subcontratação de 2013 ocorreu devido ao cancelamento de contratos oriundos de leilões de energia nova (CCEAR's), à insuficiência de cotas decorrente da Lei nº 12.783/2013 e ao cancelamento do Leilão A-1 de 2012 e posterior frustração do Leilão A-1 de 2013. Sendo esta exposição contratual integralmente reconhecida pelo órgão regulador como involuntária, o que não gera prejuízo a controlada Eletropaulo.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

O aumento do despacho de usinas térmicas e dos preços do mercado de curto prazo decorrentes do cenário hidrológico desfavorável poderão impor à controlada Eletropaulo maiores custos com compra de energia, em 2014, associados aos contratos por disponibilidade (CCEAR's) e compra de energia no mercado de curto prazo (exposição involuntária pela frustração do Leilão A-1 de 2013), os quais serão repassados nos eventos tarifários da distribuidora. Em 2013 foram adotadas medidas compensatórias através da publicação do Decreto 7.945/2013, visando reduzir o impacto financeiro nas distribuidoras no referido ano ocasionadas pelo aumento dos custos de energia, através de repasses de recursos oriundos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Estão sendo discutidas com MME e ANEEL alternativas para mitigar o impacto financeiro realtivos ao ano de 2014 os quais estão associados aos fatores aqui mencionados.

36. Ativos e passivos regulatórios

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil, a controlada Eletropaulo reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a controlada Eletropaulo teria registrado em suas demonstrações contábeis os seguintes saldos de ativos e passivos regulatórios:

	Controlada Eletropaulo	
	2013	2012
ATIVO		
CIRCULANTE		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	161.646	427.138
Outros componentes financeiros da tarifa	3.559	45.573
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	60.958	–
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	226.163	472.711
NÃO CIRCULANTE		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	127.194	286.341
Outros componentes financeiros da tarifa	–	9.761
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	60.958	–
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	188.152	296.102
TOTAL DO ATIVO	414.315	768.813
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	73.279	174.112
Outros componentes financeiros da tarifa	25.324	49.420
Revisão Tarifária - Fator Xe	72.207	36.186
Impacto de postergação da revisão tarifária - nota explicativa nº 35.4	573.396	181.961
Revisão tarifária - Universalização	7.311	–
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	751.517	441.679
NÃO CIRCULANTE		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	40.503	65.322
Outros componentes financeiros da tarifa	14.575	18.528
Revisão Tarifária - Fator Xe	54.114	54.279
Impacto de postergação da revisão tarifária - nota explicativa nº 35.4	191.704	909.807
Revisão tarifária - Universalização	7.311	–
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	308.207	1.047.936
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Prejuízos acumulados	(720.802)	(491.451)
Resultado do exercício	75.393	(229.351)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(645.409)	(720.802)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	414.315	768.813
	2013	2012

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	352.665	(775.769)
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Custo com energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(106.594)	390.290
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(126.108)	206.054
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(232.702)	596.344
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Receitas financeiras	60.962	23.622
Despesas financeiras	(105.532)	(73.548)
TOTAL RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	(44.570)	(49.926)
RESULTADO	75.393	(229.351)

A controlada Eletropaulo apresenta a seguir a composição dos ativos e passivos regulatórios por ciclo tarifário:

	Controlada Eletropaulo		
	2013		
	CVA		
	Período após 4.7.2012 até 3.7.2013	Período após 4.7.2013 até 3.7.2014	TOTAL

ATIVO

CIRCULANTE

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.011	–	2.011
Conta de Consumo de Combustível - CCC	16.627	–	16.627
Energia Itaipu - custo/variação cambial	954	10.194	11.148
Transporte de energia - Itaipu	–	3	3
Transporte de energia pela rede básica	342	6.502	6.844
Compra de energia elétrica	6.103	110.366	116.469
PROINFA	8.414	130	8.544
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	–	60.958	60.958
Outros componentes financeiros	3.559	–	3.559
Subtotal	38.010	188.153	226.163

NÃO CIRCULANTE

Transporte de energia pela rede básica	–	6.502	6.502
Energia Itaipu - custo/variação cambial	–	10.193	10.193
<i>Prointa</i>	–	130	130
Compra de energia elétrica	–	110.366	110.366
Transporte de energia - Itaipu	–	3	3
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	–	60.958	60.958
Subtotal	–	188.152	188.152
Total	38.010	376.305	414.315

PASSIVO

CIRCULANTE

Conta de Consumo de Combustível - CCC	(1.983)	–	(1.983)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(6.785)	–	(6.785)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(143)	(12.136)	(12.279)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	(77)	(28.367)	(28.444)
Transporte de energia pela rede básica	(20.148)	–	(20.148)
Transporte de energia - Itaipu	(1.909)	–	(1.909)
Compra de energia elétrica	(1.731)	–	(1.731)
Efeito neutralidade	(3.934)	(1.177)	(5.111)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	(4.513)	(5.140)	(9.653)
Reserva Global de Reversão - RGR	(2.303)	–	(2.303)
Revisão Tarifária - Fator Xe	(36.186)	(36.021)	(72.207)
Postergação Revisão Tarifária 2011	(573.396)	–	(573.396)
Revisão Tarifária - Universalização	–	(7.311)	(7.311)
Outros componentes financeiros	–	(8.257)	(8.257)
Subtotal	(653.108)	(98.409)	(751.517)

NÃO CIRCULANTE

Encargos do Serviço do Sistema - ESS	–	(28.367)	(28.367)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	–	(12.136)	(12.136)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	–	(5.140)	(5.140)
Efeito Neutralidade	–	(1.177)	(1.177)
Revisão Tarifária - Fator Xe	(18.093)	(36.021)	(54.114)
Postergação Revisão Tarifária 2011	(191.704)	–	(191.704)
Revisão Tarifária - Universalização	–	(7.311)	(7.311)
Outros componentes financeiros	–	(8.258)	(8.258)
Subtotal	(209.797)	(98.410)	(308.207)
Total	(862.905)	(196.819)	(1.059.724)
Total Geral - Líquido	(824.895)	179.486	(645.409)

37. Plano de remuneração baseado em ações

A controlada Eletropaulo não possui um plano próprio de remuneração baseado em ações, sendo que este plano é estabelecido, administrado e custeado por sua controladora indireta The AES Corporation, sem ônus à controlada Eletropaulo.

Este plano abrange os diretores estatutários e não estatutários, tendo como objetivo reforçar a retenção dos executivos e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo. Seus desembolsos estão condicionados ao alcance das metas corporativas globais e individuais, refletidos também na variação positiva do preço da ação da The AES Corporation.

Conforme mencionada na nota explicativa nº 3.16, o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a conta específica de reserva de capital, a qual indica o compromisso futuro do controlador da controlada Eletropaulo de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos diretores da controlada Eletropaulo. Após o aporte dos recursos, a reserva de capital poderá ser utilizada para aumentar o capital da controlada Eletropaulo em favor da The AES Corporation, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária. O efeito na demonstração do resultado da controlada Eletropaulo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 913 (R\$ 845 em 31 de dezembro de 2012). O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2013 na conta de reserva de capital de ações e opções de ações outorgadas é de R\$ 18.210 (R\$ 17.297 em 31 de dezembro de 2012).

A The AES Corporation possui dois tipos de remuneração com base em ações:

- (a) *Stock Options*: o diretor estatutário recebe o direito de comprar ações da The AES Corporation por um valor determinado após um período de 3 anos, ou seja, 1/3 das opções outorgadas tornam-se exercíveis a cada ano que permaneça na controlada Eletropaulo. As opções de ações têm um prazo contratual de dez anos e em nenhuma circunstância as opções concedidas dão direito ao seu detentor de liquidar a opção em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

A média ponderada do valor justo de cada concessão de opções foi estimada, na data da concessão, utilizando o modelo de precificação de opções *“Black-Scholes”*, utilizando a média ponderada das seguintes premissas:

	Controlada Eletropaulo	
	2013	2012
Volatilidade esperada (%)	23	26
Rendimento esperado do dividendo anual (%)	1	1
Prazo de vida esperado das opções (anos)	6	6
Taxa de retorno livre de risco (%)	1,13	1,08

Considerando as premissas acima, os valores de mercado destas opções emitidas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, eram de US\$ 2,21 e US\$ 3,26, respectivamente.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Stock Options* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Controlada Eletropaulo		
	Quantidade de Opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em circulação em 31 de dezembro de 2012	143.542	14,96	–
Exercidas durante o exercício	(32.847)	5,84	–
Canceladas e expiradas durante o exercício	(19.686)	19,22	–
Outorgadas durante o exercício	11.087	11,17	–
Em circulação em 31 de dezembro de 2013	102.096	16,67	4,7
Opções de ações exercíveis em 31 de dezembro de 2013	83.002	17,72	3,8

	Quantidade de Opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em circulação em 31 de dezembro de 2011	196.836	14,80	–
Exercidas durante o exercício	(5.881)	4,44	–
Canceladas e expiradas durante o exercício	(54.205)	15,36	–
Outorgadas durante o exercício	6.792	13,7	–
Em circulação em 31 de dezembro de 2012	143.		

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Jose Morandi Lopez
Presidente do ConselhoBritaldo Pedrosa Soares
Vice-Presidente do ConselhoMarco Antonio De La Rosa Ascanio
Pedro de Freitas Almeida Bueno VieiraAntonio Carlos de Oliveira
Arminio Francisco Borjas HerreraSidney Simonaggio
Francisco Luiz Scagliusi

DIRETORIA

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e de Relações com InvestidoresPedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
DiretorVitor Cuminato Filho
Diretor de Controladoria CorporativaPaulo Rogério Magri
Contador - CRC 1SP 181645/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o parecer da KPMG Auditores Independentes, opina que as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o relatório anual da administração e a proposta da administração da Companhia para a destinação do resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da assembleia geral ordinária e extraordinária prevista para ocorrer em 04 de abril de 2014.

Barueri, 25 de fevereiro de 2014
Luís Eduardo Frisoni Junior

Nelson Akio Fujimoto

Kurt Janos Toth

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Elpa S.A.

Barueri - São Paulo
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Elpa S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Elpa S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da AES Elpa S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da AES Elpa S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011) preparado originalmente antes dos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva do CPC 33 R1 implementado em 1º de janeiro de 2013, descritos na nota nº 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 24 de fevereiro de 2012. Como parte do nosso exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 examinamos os ajustes nos valores correspondentes dos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre eles tomados em conjunto.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Barueri, 12 de fevereiro de 2014
Diretores:Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e Relações com InvestidoresPedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

AES Sul, TRANSFORMANDO ENERGIA ELÉTRICA EM ENERGIA POSITIVA PARA SEUS COLABORADORES.

Luís Carlos Bonkevich - Eletricista da AES Sul

Na AES Sul, o compromisso com o bem-estar dos colaboradores sempre foi uma prioridade, seja através da cultura de segurança, do trabalho colaborativo e inovador ou do constante estímulo ao desenvolvimento das pessoas. A empresa acredita que através da autorrealização de cada um é que se pode construir resultados positivos para todos, equilibrando as decisões econômicas, ambientais e sociais a fim de fazer a diferença e deixar sua marca na sociedade.

Eleita uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, a AES Sul orgulha-se em cultivar um ambiente interno de respeito, ética e comprometimento para a construção de um mundo melhor.

AES Sul, CONVERTENDO ENERGIA ELÉTRICA EM ENERGIA POSITIVA PARA TODOS.

 **AES Sul**
Uma Empresa AES Brasil
www.aessul.com.br